



7^a - 15/04/2009

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO REALIZADA NO DIA QUINZE DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE

Aos quinze dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes, os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, e os senhores Vereadores António Joaquim da Silva Danado, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, João Miguel Amaro Marques, Rogério António Pinto, Adriano António Chaveiro e João António Romão Pereira Reis, comigo, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Técnica.

E tendo todos ocupados os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

A seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, oportunamente distribuída pelo senhor Presidente, foi aprovada por unanimidade:

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

- A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E REQUERIMENTOS
- B) PROJECTO DO RECINTO POLIDESPORTIVO DO ESCOURAL
- C) REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO (PROJECTO REVISTO)
- D) ALTERAÇÃO À COMISSÃO DE VISTORIAS

2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

- A) EMPREITADA DE “ BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL CM 1160 ATÉ BALDIOS”
- B) EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DE ESTRADA MUNICIPAL EM 515 DE CORTIÇADAS DE LAVRE ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO”

3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

- A) CONTABILIDADE
- B) 1^a REVISÃO ORÇAMENTAL/2009

4. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

- A) APOIO PARA INTERCÂMBIO À BANDA FILARMÓNICA DA CASA DO POVO DE LAVRE PARA DESLOCAÇÃO AO PARLAMENTO EUROPEU
- B) APOIO PARA FESTA DA PRIMAVERA AO RANCHO FOLCLÓRICO DE FOROS DE VALE FIGUEIRA
- E) APOIO PARA CONCERTO DA PRIMAVERA À SOCIEDADE ANTIGA FILARMÓNICA MONTEMORENSE
- D) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA DE MÚSICA DA CASA DO POVO DE LAVRE

5. ACÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

- A) CARTÃO SOCIAL “MOR SOLIDÁRIO”

6. GABINETE DE PROTECÇÃO CIVIL E SEGURANÇA

- A) PROPOSTA DE ESTÁGIO /ENGENHEIRA FLORESTAL / SANDRA CRISTINA DA SILVA REBOCHO

7. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A) CANDIDATURAS AO QREN 2007/2013/ CENTRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

B) CANDIDATURAS AO QREN 2007/2013/ REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS/PROGRAMAÇÃO CULTURAL

C) CANDIDATURAS AO QREN 2007/2013/ PATRIMÓNIO CULTURAL

D) 4ª ALTERAÇÃO AO PPI/2009

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS/2008

9. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

35º Aniversário do 25 de Abril

Foi o senhor Presidente que interveio inicialmente para relembrar que decorrerá na próxima semana o 35º aniversário do 25 de Abril, para o qual se prevê um programa idêntico ao que tem sido levado a efeito nos anos anteriores.

Salientou que no programa consta uma homenagem a José Saramago, no entanto existem dúvidas sobre a realização desta iniciativa, devido ao seu estado de saúde.

Conselhos Municipais de Juventude

Retomou a palavra o senhor Presidente para transmitir que recebeu uma circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre os Conselhos Municipais de Juventude, por considerar um assunto importante distribuiu fotocópias do documento pelo restante executivo. Referiu que subscreve as posições críticas da ANMP em relação àquele Conselho.

Disse que aquele conselho era imposto de cima, não tem em conta a realidade da maioria dos Municípios, partidariza um órgão que devia antes reflectir a diversidade juvenil. Haverá, concluiu, que aguarda o desenrolar da iniciativa da ANMP sobre o assunto.

Pronunciou-se seguidamente o senhor Vereador João Marques tendo dito que ao tomarem conhecimento da legislação sobre a matéria, realizou-se uma reunião para dar início ao processo de constituição dos Conselhos Municipais de Educação, trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito do Centro Juvenil, no entanto aguardam parecer da ANMP para puderam avançar.

Feira de Produtos Regionais – Nanterre - França

Interveio seguidamente o senhor Vereador António Danado para dar conhecimento que se deslocou a França em representação da Câmara Municipal à Feira de Produtos Regionais em Nanterre, França organizada pela Associação Arcop.

Considerou que se tratou de uma importante iniciativa, onde houve a possibilidade de divulgar os produtos de Montemor, nomeadamente mel, enchidos, vinho e artesanato regional.

Nesta feita participaram 14 municípios portugueses com uma adesão de sensivelmente 12 mil visitantes.

Considerou que foi uma boa forma de divulgar o concelho de Montemor.

Após esta visita, deslocou-se a Bruxelas a acompanhar a Banda da Casa do Povo de Lavre que deu um concerto no Parlamento Europeu, actuação que, uma vez mais dignificou o concelho de Montemor.

Ordem de Trabalhos

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E REQUERIMENTOS

Foi a senhora Vereadora Hortênsia Menino quem interveio inicialmente para apresentar os seguintes processos de licenciamento e requerimentos:

De: CENTRO HIPICO D. DUARTE, requerendo aprovação dos projectos de especialidades referente à construção do Centro Hípico (obra faseada), a levar a efeito na Horta da Gança, nº 1, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jorge Miguel Ferreira Mendes e Rosalina Maria Inácio Valentim Pratas, número 199.

Data de entrada do requerimento: 01/04/2009

Data de aprovação do projecto de arquitectura: 07/01/2009

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar de acordo com a deliberação de 07/01/2009 e Termos de Responsabilidade dos técnicos.

De: RITA DELFINA REGOUGA PECHEIRA, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de alteração e ampliação de moradia sita na Rua de S. Domingos, nº 30, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Lúcia Seara Nunes Mendes da Silva

Data de entrada do requerimento: 4/11/2008, 26/11/2008 e 07/04/2009

Data de aprovação do projecto de arquitectura: 06/10/2008

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar de acordo com a deliberação de 06/10/2008 e Termos de Responsabilidade do técnico.

De: ANTÓNIO MENDES BOIÇA VENTURA, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de alteração e ampliação de moradia sita na Rua do Lavadouro, nº 3, freguesia de Lavre, tendo como técnico responsável Pedro Miguel da Silva Novais, João Pedro da Silva Aqueu.

Data de entrada do requerimento: 24/03/2009 e 06/04/2009

Data de aprovação do projecto de arquitectura: 06/10/2008

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar de acordo com a deliberação de 06/10/2008 e Termos de Responsabilidade do técnico.

De: HENRIQUE MANUEL ZAMBUJO PIRES, requerendo informação prévia sobre a viabilidade de construção de um lar residencial para jovens com deficiências, anexo às instalações da Cercimor, na propriedade denominada por “Crespa da Figueira”, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 02/04/2009

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oficial nos Termos do Parecer dos serviços

De: LUIS MANUEL DA CONCEIÇÃO QUINTAS DE OLIVEIRA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de um Armazém destinado a máquinas e produtos agrícolas, a levar a feito no prédio rústico denominado por “Courela do Portaleiro”, freguesia de Lavre, tendo como técnico responsável, Sandra Cristina Reis Pedrosa Ramires.

Data de entrada do requerimento: 10/03/2009

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

De: ANABELA DE JESUS CALDEIRA MIRA SETÚBAL SALGUEIRO, requerendo informação prévia sobre a viabilidade de construção de uma moradia, na propriedade denominada por “Artozinha – Courela das Figueiras”, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 25/03/2009

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oficial de acordo com o parecer dos serviços

Requerimentos diversos

De: FRANCISCO JOSÉ CIDADES BAIXO E BRUNO MIGUEL CIDADES BAIXO, requerendo emissão de certidão de destaque do prédio sito na Rua 1º de Maio, freguesia de Foros de Vale de Figueira.
Data de entrada do requerimento: 22/01/2009

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

De: JACINTO JOSÉ DE SOUSA, requerendo emissão de certidão de destaque do prédio sito na Rua Joaquim Carvalho Luís, freguesia de Escoural.

Data de entrada do requerimento: 19/03/2009

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

De: SOUSA CUNHAL TURISMO, SA, requerendo aprovação do projecto de colocação de barreiras acústicas no Aldeamento Turístico de Valadas, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 23/10/2008 e 22/01/2009

Tem parecer da D.AU. e da E.P.

(Foi enviado para audiência prévia em 19/12/2008, tendo-se pronunciado em 22/01/2009)

Sobre o presente processo pronunciou-se o senhor Vereador Rogério Pinto para questionar o que motiva esta situação, a informação não lhe parece completa.

Retomou a palavra a senhora Vereadora Hortênsia para transmitir que na propriedade onde será instalado o projecto, pretendem colocar barreiras acústicas, para tal pediram autorização às Estradas de Portugal e só posteriormente solicitaram autorização à Câmara Municipal, petição que foi indeferida pelos serviços, argumentando falta de visibilidade.

A Câmara Municipal oficiou os requerentes a informar da decisão, os quais responderam apresentado os seus argumentos.

A conclui a senhora Vereadora Hortênsia Menino salientou que as Estradas de Portugal não têm competência para emitir a autorização solicitada, tal como o fizeram.

Interveio seguidamente o senhor Presidente tendo dito que foi confrontado com o início da obra das barreiras acústicas, pediu explicações sobre a referida obra na Câmara, onde pode verificar o parecer emitido pelas Estradas de Portugal, o qual não era da sua competência.

O assunto em causa motivou uma abordagem com o Director das Estradas de Portugal, o qual reconheceu que os procedimentos emanados por aquele organismo não estavam correctos.

O senhor Presidente acrescentou que compreendendo ainda as questões colocadas pelos requerentes, a solução que apresentaram não lhe parece adequada, por ter um impacto negativo na paisagem, deveria passar por uma solução que se enquadrasse na paisagem,

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade que o processo baixe aos serviços para anexar documentos em falta.

De: HELDER MANUEL CAETANO LINGUIÇA, requerendo aditamento nº 1 ao alvará de loteamento nº 7/93, de 21/12, que licenciou a operação de loteamento sita na Rua Bento Gonçalves, na freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Data de entrada do requerimento: 05/12/2008

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o Parecer dos serviços

De: CARPINTARIA MECÂNICA DE VALENÇAS, requerendo aditamento ao projecto da operação de loteamento sita na Rua do Zambujeiro, na freguesia de Ciborro e projectos de especialidades das obras de urbanização do loteamento.

Data de entrada do requerimento: 07/09/2007

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o Parecer dos serviços

De: MANUEL ANTÓNIO LEITÃO COXIXO, requerendo ocupação da via com mesas e cadeiras para esplanada, em frente ao lote nº 2da Rua Benigno de Almeida Faria, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 07/04/2009

Tem parecer da D.AU.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

B) PROJECTO DO RECINTO POLIDESPORTIVO DO ESCOURAL

Retomou a palavra a senhora Vereadora Hortênsia Menino para apresentar o seguinte projecto:

Aprovação do projecto do Recinto Polidesportivo da freguesia de Escoural, tendo como responsabilidade técnica o Gabinete de Projectos da Câmara Municipal.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projecto apresentado.

C) REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO (PROJECTO REVISTO)

Em nova intervenção a senhora Vereadora Hortênsia Menino apresentou uma proposta de alteração do projecto de RMEU:

Alteração do Projecto de RMEU (Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização) apresentado em Reunião de Câmara de 01/04/2009.

O senhor Presidente acrescentou que existem pontos em que persistem dúvidas e que carecem de alterações.

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Pereira Reis para transmitir que analisou o Regulamento onde teve possibilidade de estabelecer uma comparação entre as sugestões que apresentou e o que consta do regulamento, onde constatou que apenas 3 propostas suas foram contempladas.

O projecto agora apresentado é quase idêntico ao anterior, muito longe de ser um Regulamento de Edificações Urbanas.

Considerou que existem divergências de fundo da perspectiva do documento e do seu ponto de vista.

Salientou que uma situação que sugeriu era a comparação de Regulamentos de outros municípios, e apresentou aqui a título de exemplo Câmaras Municipais que optaram por incluir no Regulamento, protecção de piscinas, situação não contemplada no documento apresentado.

Considerou importante que, pelo facto do Regulamento estar desactualizado, a Câmara esteja a fazer um esforço para o alterar, no entanto existem grandes divergências, motivo que o leva a não votar favoravelmente, porém manifestou disponibilidade de colaboração na reestruturação do referido documento.

Retomou a palavra a senhora Vereadora Hortênsia Menino para esclarecer que este documento passou por várias fases. No ano transacto, foi decidido que o documento necessariamente tinha que ser concluído. Para o efeito realizou-se uma sessão de apresentação pública, a partir dessa data foi entendimento proceder a uma reformulação, e foi esse trabalho que foi feito e que está em fase de conclusão.

A concluir disse que após um ano da elaboração e discussão pública do documento em causa, esta seria uma fase já avançada para incluir alterações.

Em nova intervenção o senhor Presidente disse que este é um tipo de Regulamento que se fosse possível, seria importante consensualizar por se tratar de um documento de grande importância.

Disse tratar-se de um processo que se vem protelando e nesta fase o mais importante é aprova-lo, ainda que com futuras adaptações, no sentido de substituir um documento completamente desatualizado.

Outra possibilidade, disse, seria optar por uma completa remodelação do documento o que não lhe parece justificar-se e atrasaria, sem grandes benefícios, a aprovação do RMEU. Assim, entende que será possível discutir o documento e introduzir-lhe alterações de forma a ser presente na reunião da Assembleia Municipal de Junho.

Salientou que a concentração de todas as taxas e tarifas num só regulamento foi e é uma boa opção pelo que discorda, como sugerido pelo Vereador João Pereira Reis, que se incluísse no RMEU apenas as taxas e tarifas urbanísticas.

A concluir, sugeriu uma reunião de trabalho entre os Eleitos das várias forças políticas para se confrontar opiniões, gerar os consensos possíveis e identificar eventuais propostas alternativas, apresentando-se então uma proposta final à reunião de Câmara.

Sugeriu uma reunião conjunta no sentido de ser apresentada uma proposta final.

Tomou agora a palavra o senhor Vereador Rogério Pinto para dizer que esta é uma matéria tão específica, que para uma apreciação cabal é necessário disponibilidade.

Sugeriu, e no caso do senhor Vereador João Pereira Reis manifestar disponibilidade, a realização de uma reunião conjunta para reavaliação do Regulamento.

Interveio novamente o senhor Presidente para apresentar a metodologia de trabalho.

O senhor Vereador João Pereira Reis disse que atendendo a que não será possível elaborar um Regulamento novo, poder-se-á trabalhar o existente, propor alterações e contributos no pressuposto de melhorar o documento. Apesar de não se identificar com a solução, considera que será melhor do que o actual.

Foi o senhor Presidente que voltou ao uso da palavra para dizer que a proposta não é no pressuposto de condicionar o voto de qualquer Vereador mas apenas porque, sendo o Regulamento de carácter estruturante, se aconselha a uma alargada e profunda ponderação de todas as propostas que o possam enriquecer, melhorar a qualidade e reflectir as necessidades do concelho.

Considerou que pela sua importância o Regulamento deveria ser regularmente actualizado.

O senhor Vereador Rogério Pinto questionou porque é que só existem Centros Históricos em algumas freguesias, e se as que não têm Centro Histórico podem construir sem regras.

Ao que o senhor Presidente respondeu que os Centros Históricos tem que ver com a antiguidade da freguesia e que têm importância para preservar determinadas zonas, áreas mais restritas de edificações, em particular edifícios antigos.

Deliberação: O presente documento transitou para a próxima reunião de Câmara.

D) ALTERAÇÃO À COMISSÃO DE VISTORIAS

A terminar a senhora Vereadora Hortênsia Menino, apresentou a proposta que abaixo se transcreve:

Tendo em conta as dificuldades que pontualmente surgem em reunir os elementos necessários para a realização de vistorias, propõe-se que os seguintes técnicos passem a integrar a comissão de vistorias na condição de suplentes de acordo com a conveniência do serviço a definir pelo chefe da DAU.

- Eng^a Vera Matilde

- Eng^a Sandra Ferreira

- Arqt^o António Pimenta de Aguiar

- Técnico Profissional António Augusto Courela

Por motivos óbvios trata-se de uma decisão que deverá ser tomada com urgência.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da senhora Vereadora Hortênsia Menino.

2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) EMPREITADA DE “ BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL CM 1160 ATÉ BALDIOS”

Interveio seguidamente o senhor Vereador António Danado para transmitir ao restante executivo, o seguinte documento:

Informação nº 6

De acordo com o artigo 12º do Decreto Lei 273/2003 de 29 de Outubro, informa-se que o Plano de Segurança e Saúde (Fichas de Procedimentos) – Fase de Obra encontra-se validado e que está em condições de ser aprovado. Assim, propõe-se à Reunião de Câmara a aprovação do respectivo documento apresentado em anexo.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada em epígrafe.

Retomou a palavra o senhor Vereador António Danado para apresentar o seguinte auto de medição, referente à mesma empreitada:

Auto de Medição número um de trabalho efectuados pela empresa Construções JJR & Filhos S.A. . na empreitada de “Beneficiação do Caminho Municipal CM 1160 até Baldios”, o qual importa no valor de cento e dez mil seiscentos e quarenta e dois euros e vinte cinco cêntimos, acrescido do IVA no valor de cinco mil quinhentos e trinta e dois euros e onze cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de cento e dezasseis mil cento e setenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por maioria com uma abstenção do senhor Vereador João Pereira Reis aprovar o presente auto de medição no valor de cento e dezasseis mil, cento e setenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos.

B) EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DE ESTRADA MUNICIPAL EM 515 DE CORTIÇADAS DE LAVRE ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO”

Retomou a palavra o senhor Vereador António Danado par apresentar o seguinte documento referente à empreitada em epígrafe:

Auto de Medição número um de trabalhos efectuados pela empresa Construções JJR & Filhos S.A. na empreitada de “Beneficiação da Estrada Municipal EM 515”, o qual importa no valor de quarenta e três mil trezentos e sessenta e oito mil euros, acrescido do IVA no valor de dois mil cento e sessenta e oito euros e quarenta cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis euros e quarenta cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por maioria com uma abstenção do senhor Vereador João Pereira Reis aprovar o presente auto de medição no valor de quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis euros e quarenta cêntimos.

3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) CONTABILIDADE

Listagem de Pagamentos

A Câmara tomou conhecimento da listagem das ordens de pagamento dos documentos números mil oitocentos e noventa e sete a dois mil duzentos e sessenta e oito no valor de trezentos e quarenta e oito mil cento e doze euros e oito cêntimos.

B) 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL/2009

Interveio seguidamente o senhor Presidente para apresentar a 1ª Revisão Orçamental de 2009, no valor de duzentos e quinze mil cento e setenta e dois, documento que foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três abstenções dos senhores Vereadores Rogério Pinto, Adriano Chaveiro e João Pereira Reis, aprovar a 1ª Revisão Orçamental de 2009, o presente documento deverá ser remetido para apreciação da Assembleia Municipal.

4. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

A) APOIO PARA INTERCÂMBIO À BANDA FILARMÓNICA DA CASA DO POVO DE LAVRE PARA DESLOCAÇÃO AO PARLAMENTO EUROPEU

Tomou a palavra o senhor Vereador João Marques para apresentar a seguinte proposta de atribuição de subsídio:

A Banda Filarmónica da Casa do Povo de Lavre, irá efectuar uma deslocação de 5 a 11 de Abril ao Parlamento Europeu, e iniciar um intercâmbio com a Harmonie Royal Caecilia (Izel – Bélgica). Assim, solicita um apoio para colmatar as despesas inerentes a esta deslocação dos 55 elementos da banda que participarão na viagem.

No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, legalmente existentes, e as actividades de Interesse Municipal) sem fins lucrativos, publicado no Diário da Republica a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se a atribuição de um subsídio à Casa do Povo de Lavre no valor de 5028,30€€ (cinco mil e vinte e oito euros e trinta cêntimos), tendo como critério base o apoio de 20€, por participante por dia, até 30 % do Orçamento Global, para Intercâmbios Internacionais, nos termos da alinea b) do art.º 26º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado na reunião de Câmara de 02 de Maio/07.

A Casa do Povo de Lavre, após a realização deste intercâmbio, entregará um relatório contendo os documentos comprovativos das despesas efectuadas.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 5.028,30 €, à Casa do Povo de Lavre para apoio à deslocação ao Parlamento Europeu, no âmbito de um intercâmbio.

B) APOIO PARA FESTA DA PRIMAVERA AO RANCHO FOLCLÓRICO DE FOROS DE VALE FIGUEIRA

Retomou a palavra o senhor Vereador João Marques para transmitir ao restante executivo uma outra proposta de atribuição de subsídio:

O Rancho Folclórico de Foros de Vale de Figueira, irá realizar no próximo dia 2 de Maio de 2009 a Festa da Primavera, que contará com a participação de aproximadamente 160 elementos de vários ranchos locais e solicitam apoio para colmatar as despesas com o fornecimento de refeições para os mesmos.

No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, legalmente existentes, e as actividades de Interesse Municipal) sem fins lucrativos, publicado no Diário da Republica a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se a atribuição de um subsídio ao Rancho Folclórico de Foros de Vale de Figueira no valor de 944,00€ (novecentos e quarenta e quatro euros), tendo como critério base o apoio de 5,90€ por cada participante, num valor máximo de 1200€ para festivais de folclore, nos termos da alínea c) do art.º 23º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado na reunião de Câmara de 02 de Maio/07.

O Rancho Folclórico de Foros de Vale de Figueira entregará no prazo de 30 dias após a realização do evento um relatório contendo toda a informação relevante para a avaliação da execução material e financeira do mesmo, especificando, nomeadamente as actividades desenvolvidas e respectivo custo.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio ao Rancho Folclórico de Foros de Vale Figueira, para apoio à Festa da Primavera, no valor 944,00 €.

E) APOIO PARA CONCERTO DA PRIMAVERA À SOCIEDADE ANTIGA FILARMÓNICA MONTEMORENSE

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques apresentou uma outra proposta de atribuição de subsídio do seguinte teor:

A Banda da Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense Carlista, realizou no dia 22 de Março'09 o Concerto da Primavera em conjunto com a Banda da Casa do Povo de Cabrela e, como tal, solicita um apoio para colmatar as despesas que efectuou com as refeições para os 120 elementos das duas bandas. No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, legalmente existentes, e as actividades de Interesse Municipal) sem fins lucrativos, publicado no Diário da Republica a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se a atribuição de um subsídio à Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense, no valor de 708,00€ (setecentos e oito euros), tendo como critério base o apoio de 5,9€, por participante até ao valor máximo de 1200€, para encontros de bandas, nos termos da alínea c) do art.º 23º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado na reunião de Câmara de 02 de Maio/07.

A Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense Carlista deverá entregar um relatório de avaliação e execução financeira da actividade até ao dia 22 de Abril.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio à Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense, no valor de 708,00 € para apoio ao Concerto da Primavera.

D) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA DE MÚSICA DA CASA DO POVO DE LAVRE

A concluir o presente ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Vereador João Marques para apresentar o seguinte documento:

Na sequência do ofício da Casa do Povo de Lavre, solicitando a atribuição de mais um mês de subsídio à Escola de Musica, passando de 10 para 11 meses, no ano, e encontrando-se definido na alínea b), nº2 do artº 27º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Actividades de Interesse Municipal) sem fins Lucrativos, que o apoio financeiro será concedido por um período máximo de 10 meses, coloca-se à consideração superior, com base no artº 59, do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, aumentar o período de concessão do apoio financeiro em mais um mês, às Associações cuja Escola de Música funcione mais do que os 10 meses, passando assim, a atribuição deste subsídio, de 10 para 11 meses, com efeitos retroactivos a 2008.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade alterar a atribuição deste subsídio, passando assim de 10 para 11 meses com efeitos retroactivos a 2008.

5. ACÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

A) CARTÃO SOCIAL “MOR SOLIDÁRIO”

Retomou a palavra o senhor Vereador João Marques para propor as percentagens e valores a atribuir referente ao Cartão Social “Mor Solidário”

Na sequência da aprovação do regulamento do Cartão “Mor Solidário” – Cartão Social do Município do Concelho de Montemor-o-Novo, e de acordo com o previsto no ponto 2) do Artigo 10º, vimos por este meio propor as percentagens e valores a atribuir aos benefícios previstos no referido na alínea 4) do artigo 10º do regulamento.

O senhor Vereador João Marques explicou o que se pretende com o documento apresentado e respondeu a algumas questões colocadas.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar as percentagens e valores a atribuir no âmbito do Cartão Social “Mor Solidário”

6. GABINETE DE PROTECÇÃO CIVIL E SEGURANÇA

A) PROPOSTA DE ESTÁGIO /ENGENHEIRA FLORESTAL / SANDRA CRISTINA DA SILVA REBOCHO

No presente ponto da Ordem de Trabalhos interveio o senhor Vereador António Danado para colocar à consideração do restante executivo a seguinte proposta:

Tendo em consideração o documento de atendimento a munícipe pelo Vereador António Danado, o qual me foi encaminhado para parecer, propõe-se a realização de estágio com início a 4 de Maio de 2009, por um período de seis meses, a Sandra Cristina da Silva Rebocho, na área de Engenharia Florestal, sob orientação do Coordenador do Gabinete de Protecção Civil e Segurança (GPCS), de acordo com as normas de estágio aprovadas em reunião de Câmara Municipal de 2 de Novembro de 1994.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder um estágio a Sandra Cristina da Silva Rebocho, pelo período de seis meses com início a 4 de Maio.

7. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A) CANDIDATURAS AO QREN 2007/2013/ CENTRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Foi o senhor Presidente que interveio seguidamente para apresentar a seguinte proposta relacionada com candidaturas ao QREN 2007/2013.

De acordo com a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, aprovada em 19 de Março de 2008, a contratualização com associações de municípios baseadas em NUTS III, no âmbito dos Programas Operacionais (PO), através do estabelecimento de subvenções globais, é configurada no modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos PO como uma opção estratégica.

Neste contexto e, no âmbito da contratualização de componentes de programação entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e a AMDE irá formalizar-se a candidatura “Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas”. Este centro será instalado na Zona Industrial da Adua e tem como objectivos modernizar o tecido empresarial, estimular a capacidade criativa e empreendedora, assegurar apoio e aconselhamento à criação e desenvolvimento de novas empresas, bem como acompanhar a sua gestão.

De acordo com os procedimentos definidos para o QREN - Programa Operacional Alentejo 2007/2013 e explanados no Manual de Candidatura deste último, os processos de Candidatura tem que ser acompanhados de um conjunto de documentos, que deverão ser anexados ao formulário da candidatura a submeter àquele programa. Um dos documentos a remeter na data de submissão de candidatura, é a cópia da deliberação de aprovação pelos órgãos competentes da Operação a candidatar.

No presente Quadro as candidaturas processam-se através de concursos cujos avisos de abertura são definidos pelos Órgãos de Gestão competentes, sendo divulgados no sítio da Internet do Programa Operacional Alentejo 2007/2013 entre outros meios legais estabelecidos.

No âmbito do Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, Regulamento Específico: “Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” que termina a 30/04/09, irá

formalizar-se a candidatura acima referida. Assim e atendendo ao exposto, propõe-se que a Câmara aprove a candidatura a submeter ao referido Programa.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a candidatura do “Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas” no âmbito do QREN 2007/2013.

B) CANDIDATURAS AO QREN 2007/2013/ REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS/PROGRAMAÇÃO CULTURAL

O senhor Presidente retomou a palavra para colocar à consideração do executivo a seguinte proposta:

De acordo com os procedimentos definidos para o QREN - Programa Operacional Alentejo 2007/2013 e explanados no Manual de Candidatura deste último, os processos de Candidatura tem que ser acompanhados de um conjunto de documentos, que deverão ser anexos ao formulário da candidatura a submeter àquele programa. Um dos documentos a remeter na data de submissão de candidatura, é a cópia da deliberação de aprovação pelos órgãos competentes da Operação a candidatar.

No presente Quadro as candidaturas processam-se através de concursos cujos avisos de abertura são definidos pelos Órgãos de Gestão competentes, sendo divulgados no sítio da Internet do Programa Operacional Alentejo 2007/2013 entre outros meios legais estabelecidos.

No âmbito do Eixo Prioritário 3 – Conectividade e Articulação Territorial – Rede de Equipamentos Culturais – Programação Cultural em Rede que decorre até ao dia 30/04/2009, irá o Município de Estremoz liderar a formalização de uma candidatura conjunta com outros Municípios do Distrito de Évora. Assim e atendendo ao exposto, propõe-se que a Câmara aprove integrar a candidatura a submeter ao referido Programa.

Sobre a presente matéria pronunciou-se o senhor Vereador João Marques para transmitir que no âmbito do Distrito de Évora, realizou-se uma reunião para indagar sobre o interesse no projecto. Esclareceu que existem questões de ordem legal, ficou estabelecido que o Município de Estremoz seria o líder da candidatura, no entanto ainda não existe nada de concreto, porém a Câmara Municipal tem que deliberar sobre a intenção de realizar a candidatura, este é um requisito exigido.

A concluir o senhor Presidente disse que a Câmara Municipal tem que deliberar sobre uma situação que ainda não está definida.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a presente candidatura e submeter ao QREN 2007/2013.

C) CANDIDATURAS AO QREN 2007/2013/ PATRIMÓNIO CULTURAL

Retomou a palavra o senhor Presidente para apresentar o documento que abaixo se transcreve:

De acordo com a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, aprovada em 19 de Março de 2008, a contratualização com associações de municípios baseadas em NUTS III, no âmbito dos Programas Operacionais (PO), através do estabelecimento de subvenções globais, é configurada no modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos PO como uma opção estratégica.

Neste contexto e, no âmbito da contratualização de componentes de programação entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e a AMDE irá formalizar-se a candidatura “Recuperação do Convento de S. Francisco”.

De acordo com os procedimentos definidos para o QREN - Programa Operacional Alentejo 2007/2013 e explanados no Manual de Candidatura deste último, os processos de Candidatura tem que ser acompanhados de um conjunto de documentos, que deverão ser anexos ao formulário da candidatura a

submeter àquele programa. Um dos documentos a remeter na data de submissão de candidatura, é a cópia da deliberação de aprovação pelos órgãos competentes da Operação a candidatar.

No presente Quadro as candidaturas processam-se através de concursos cujos avisos de abertura são definidos pelos Órgãos de Gestão competentes, sendo divulgados no sítio da Internet do Programa Operacional Alentejo 2007/2013 entre outros meios legais estabelecidos.

No âmbito do Eixo Prioritário 3 – Conectividade e Articulação Territorial – Património Cultural que decorre de 06/04/2009 a 06/05/09, irá formalizar-se a candidatura acima referida. Assim e atendendo ao exposto, propõe-se que a Câmara aprove a candidatura a submeter ao referido Programa.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a presente candidatura e submeter ao QREN 2007/2013.

D) 4ª ALTERAÇÃO AO PPI/2009

A concluir o senhor Presidente apresentou a 4ª Alteração ao PPI/2009:

De harmonia com o disposto nos pontos 8.3.2.1. e 8.3.2.3. do Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL) e fazendo uso da competência que me foi delegada em Reunião de Câmara de 09 de Novembro de 2005 relativamente às matérias na alínea d) do nº2 do art.º 64º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, rectificada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, promovo em 07/04/2009 a seguinte alteração ao PPI.

O presente documento foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e no termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito:

Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade a 4ª Alteração ao PPI/2009.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS/2008

No presente ponto da Ordem de Trabalhos interveio o senhor Presidente para apresentar a prestação de Contas referente ao ano de 2008 do seguinte teor:

Capítulo I - Introdução

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão são os principais documentos políticos e técnicos que sintetizam e descrevem a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo em 2008. Assim, e de acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro bem como outra legislação específica e complementar, nomeadamente o Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais (POCAL), somos a apresentar a Relatório de Gestão incluído na Prestação de Contas referente a 2008 (mandato 2005/2009). Ainda que as questões políticas sejam primordiais e determinantes neste momento de balanço da actividade municipal desenvolvida, a consideração das características técnicas destes documentos é essencial para salvaguardar erróneas leituras, análises e avaliações – quaisquer que sejam! - do que agora é apresentado neste formato legal. Quanto às características técnicas destes documentos, reafirmamos anteriores alertas e esclarecimentos. O Município é uma instituição pública cujos órgãos de direcção integram o sistema e o poder políticos democráticos. O Município não é uma empresa. A actividade municipal é mais lata, deve ter outras preocupações e deve integrar muito mais do que uma “simples” gestão custo / proveito. Ainda que deva procurar – atento o actual espartilho legal – a eficácia, não pode ser reduzida a um economicismo neo-liberalizante. A aceitar-se tal visão, estaríamos a abrir portas a uma perigosíssima equiparação que, a prazo, equacionaria a própria democracia. Os Municípios e a ANMP estão colocados perante um desafio que não está a ser ainda devidamente considerado: procurar uma apresentação legal das suas contas que tenha como matriz o carácter de órgãos institucionais eleitos e peças do sistema político democrático e não uma mera conta empresarial. Se tal não for conseguido, o Poder Local Democrático expõe-se a

tratamentos quantitativos inverosímeis, a comparações do incomparável, mesmo à subversão do debate e do confronto democráticos, à equacionação da democraticidade do próprio sistema democrático-constitucional. Ao longo deste documento, permitir-nos-emos chamar a atenção para algumas questões técnicas que condicionam a análise quer quantitativa quer qualitativa. Logo, que condicionam, por vezes de forma determinante, a própria análise política. Não entendemos, portanto, o Relatório de Gestão como uma mera peça técnica, económico-financeira, sentido em que aponta o POCAL. O Relatório de Gestão, que reputamos de essencial, deve ter um cariz matricialmente político ao qual se submete e integra a componente técnica. Aliás, estando ainda em fase de implementação e transição, a componente técnica ainda apresenta, e apresentará, consideráveis deficiências pelo que os dados quantitativos devem merecer uma muito prudente e avisada leitura. A Prestação de Contas referente a 2008 inclui designadamente:

Este Relatório de Gestão

Município de Montemor-o-Novo – Proposta de Prestação de Contas 2008 / Relatório de Gestão – Pág. 3 de 56

O Relatório de Actividades (RA) que, não sendo obrigatório legalmente, dá uma visão mais abrangente da actividade municipal quanto às acções materializadas e não incluídas na Execução do PPI

A Execução do Plano Plurianual de Investimentos (EPPI) que traduz, tão-somente, a execução financeira no ano em causa

Os Mapas de Execução Orçamental (fluxos financeiros) com a Conta de Execução Orçamental e outros mapas anexos de apoio como o Resumo das Receitas e Despesas Orçamentais e o Resumo das Despesas segundo a Classificação Económico/Orgânica e ainda os Mapas de Fluxos de Caixa e de Contas de Ordem.

O Mapa de Operações de Tesouraria

O Mapa de Empréstimos que demonstra a evolução dos empréstimos bancários ao longo do ano

O Balanço e a Demonstração de Resultados que, como na generalidade dos Municípios, levarão anos a traduzir a realidade porque prematuros face ao necessário e longo período de transição até à completa implementação prática do POCAL

Quanto ao enquadramento político da actividade municipal neste ano, haverá a realçar as seguintes questões. Em 2008, manteve-se a política governamental de desrespeito pela autonomia municipal incluindo a continuidade de severas restrições financeiras injustificadas e, sobretudo, a opção governamental de fundo por uma política de recentralização estatal que inclui como peça fundamental uma regressão da autonomia política e económica justamente conquistada pelos Municípios Portugueses aquando do processo de democratização do País. Recorde-se que os Orçamentos de Estado de 2006 e 2007 suspenderam a Lei das Finanças Locais, retiraram mais de 220 milhões de euros (nos 2 anos) aos Municípios, impuseram severas limitações ao endividamento, introduziram uma inqualificável ingerência na gestão do pessoal e até dos fornecedores correntes. Aquelas medidas “evoluíram”, em 2007 e já em 2008, para pacotes legislativos profundamente penalizantes e com intenções de descaracterização regressiva do actual Poder Local Democrático: a imposição unilateral da lastimável, autocrática e centralista nova Lei das Finanças Locais; as novas Leis neo-liberais e de intenções privatizantes referentes ao sector público local, a áreas de serviços básicos às populações (água, saneamento, lixo doméstico, etc.), aos preços, taxas e tarifas das Autarquias Locais. Entretanto, a denúncia e luta dos Municípios e, sobretudo, a luta de centenas de milhares de portugueses em vários sectores travaram algumas das intenções governamentais. Foi, por exemplo, o caso da lei que pretende impor preços de mercado aos bens e serviços municipais cuja entrada em vigor foi adiada para 1 de Janeiro de 2010. Ou, o que foi muito mais importante, o abortar de mais uma tentativa de alterar o sistema político do Poder Local reduzindo-lhe substancialmente a democraticidade. Mas, 2008 foi essencialmente marcado pela crise geral do capitalismo que tendo sido despoletada no sector financeiro e especulativo se espalhou endemicamente por todo o sistema. Portugal que já vivia uma crise significativa decorrente das políticas neo-liberais do Governo e da União Europeia, viu aprofundar de forma drástica os problemas económicos e sociais da generalidade da população. A crise teve, contudo, o condão de mostrar que “o

rei ia nu”: de facto, e de um momento para o outro, desapareceu a fixação política no défice orçamental (seguindo o desastroso Pacto de Crescimento e Estabilidade da União Europeia) e, de onde antes se dizia não haver dinheiro, começou a jorrar milhares de milhões de euros para apoiar o sistema financeiro ... entretanto, alvo de vários escândalos de fraude!

Neste âmbito, ficou bem clara a justeza das críticas que fizemos (com a ANMP) à nova Lei das Finanças Locais. Se mais não houvesse, o episódio das queixas do actual Presidente da CM de Lisboa e anterior Ministro responsável pela Lei das Finanças Locais sobre o “chumbo” do Tribunal de Contas a um empréstimo bancário, é mais que elucidativo! Aliás, nessa sequência, o Governo promoveu uma alteração, dita “clarificação”, àquela lei! O Governo manteve, e nalguns casos agravou, um vasto conjunto de reduções e restrições à gestão dos Municípios que, para além de alterarem por completo o enquadramento que tinha suportado legitimamente os compromissos eleitorais, condicionaram e penalizaram fortemente toda a actividade municipal. Falamos, por exemplo, do IVA cuja redução de um ponto percentual não compensou o anterior aumento em dois pontos percentuais, do desconto para a CGA (em 2008, manteve-se o acréscimo de 50% verificado nos 2 anos anteriores), da não compensação de isenções de impostos municipais ou ainda da ilegítima intromissão na autonomia municipal ao limitar discricionariamente as despesas de pessoal muito além do que a própria Lei estabelecia ou da limitação ao endividamento. Estas medidas traduziram-se, em termos financeiros, numa penalização do nosso Município na ordem de € 1.500.000,00 euros (um milhão e quinhentos mil euros) em 2008. Se a esta somarmos o valor perdido nos anos anteriores deste mandato, obtemos um acumulado de cerca de € 4.300.000 euros (quatro milhões e trezentos mil euros) para além das implicações não financeiras, algumas das quais com impacto indirecto no aumento da despesa ou na redução da receita. Outro aspecto político a relevar tem a ver com o novo QREN da União Europeia que abrange o período 2007-2013. Os dois primeiros anos da sua vigência confirmam um baixíssimo grau de aplicação e quase nulas verbas disponibilizadas aos Municípios. A tal não é alheio a imposição pelo Governo de estruturas de gestão governamentalizadas (mais um passo da recentralização) violando, aliás, a lei que determinava que os Municípios estivessem em maioria nos órgãos de gestão dos Programas Operacionais Regionais. Um dado positivo haverá que realçar: recorde-se que, além da integração impositiva de 11 Municípios da Lezíria num “novo Alentejo” (obviamente obtendo uma fatia dos fundos comunitários), o representante dos Municípios do Alentejo no órgão gestão do PORA, escolhido em 2007, não pertencia a nenhum Município do Alentejo; felizmente, em 2008, esta situação foi corrigida após demissão do anterior representante tendo sido eleito o ex-Presidente da CM de Castro Verde. Em 2008, e após prolongada negociação no seio da AMDE, foi possível obter a contratualização de uma subvenção global entre a AMDE e o QREN. No âmbito daquela contratualização, o Município de Montemor-o-Novo garantiu já o financiamento, com uma comparticipação comunitária global de cerca de 50%, para investimentos de mais de € 14 milhões de euros no concelho. Regista-se ainda a disponibilidade do Governo e da empresa “Águas de Portugal”, em resposta a proposta de várias Associações de Municípios do Alentejo, de negociar uma parceria Estado / Autarquias (uma configuração situada entre o sistema multimunicipal e o sistema intermunicipal) para a eventual constituição de um sistema supra-municipal de abastecimento de água e tratamento de efluentes domésticos. As negociações têm sido prolongadas e difíceis e, mantendo-se a dúvida sobre um acordo, a AMAMB entregou a candidatura a financiamento do QREN do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Tratamento de Efluentes Domésticos onde o nosso Município se incluiu. No ano de 2008, mantiveram-se fortes e difíceis penalizações impostas com reflexos negativos na actividade municipal global. Mas, em 2008, consolidou-se a estabilização da situação económico-financeira do Município, manteve-se um investimento significativo e assegurou-se um elevado nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objectivos traçados.

Capítulo – 2 – Situação Económico-Social do Concelho

2.1. Políticas Governamentais e da UE, Condicionantes Exógenas Com o despoletar da actual crise geral do capitalismo que aprofundou a crise que afectava já a maioria dos portugueses, em 2008, alastrou e agravou-se a degradação das condições de vida da generalidade dos cidadãos e cidadãs do nosso

concelho (perda de poder de compra, aumento do desemprego e da precariedade no emprego, crescimento do endividamento das famílias e das dificuldades de cumprir os compromissos financeiros contratados, aumento do custo e maiores dificuldades de acesso a bens e serviços básicos, mais incerteza e descrédito quanto ao futuro), aliás acompanhando a tendência nacional. Em 2008, continuou a acção governativa dirigida à descaracterização do Poder Local Democrático, à redução da sua autonomia mesmo à alteração matricial do sistema político reduzindo drasticamente a democracia local. Um Poder Local democrático como o existente, com grande participação dos cidadãos, autónomo do Poder Central e não temendo a opção pela defesa dos interesses atacados das populações, um Poder Local com voz própria e não conformado é um enorme embaraço, é mesmo um perigo para as políticas neo-liberais e para os seus executores instalados no Poder Central. O alastramento e agravamento da preocupante situação sócio-económica que vivemos no concelho e no país, não resulta do mau comportamento de meia dúzia de “gestores” ou “empresários” (aliás antes elogiados como individualidades de sucesso!) nem de quaisquer fatalidades ou inevitabilidades como a propaganda nos quer convencer. A degradação da vida da maioria dos Montemorenses (e dos Portugueses), a degradação da vida económica, social, cultural e até política decorre da insistência do actual Governo (e da alargada maioria neo-liberal que domina o Poder Central) no aprofundamento das políticas conservadoras e neo-liberais, alinhadas e subservientes às orientações gerais de uma União Europeia ao serviço dos grandes interesses económicos, decorre da falência do modelo neo-liberal e capitalista que nos vem sendo imposto. Em 2008, as políticas do Governo mantiveram as opções estruturais para as quais e em devido tempo tínhamos alertado, nomeadamente:

- uma política estrutural de assumida recentralização do poder em desfavor da autonomia do Poder Local Democrático, em desfavor da descentralização, em desfavor do princípio comunitário da subsidiariedade;*
- uma política estrutural de concentração urbana e de litoralização do País em desfavor do interior, em desfavor do mundo rural, em desfavor do combate ao desequilíbrio regional;*
- uma política estrutural de cooperação estratégica com os grandes interesses económicos com consequências nefastas na concentração da criação e distribuição da riqueza em desfavor da grande maioria dos portugueses e dos montemorenses de menores ou mesmo médios recursos, em desfavor da generalidade do nosso tecido económico baseado em pequenas e médias empresas;*
- uma política estrutural de progressiva desresponsabilização do Estado face às suas funções de carácter público e social em desfavor da salvaguarda do interesse público e do acesso geral dos cidadãos, independentemente dos seus rendimentos, aos bens ditos de “interesse geral” como o abastecimento de água, a saúde, a educação, a segurança entre muitos outros.*

Sendo certo que, pontual e esporadicamente, são anunciadas e tomadas algumas medidas que reputamos de positivas, não menos certo é que medidas e anúncios pontuais não alteram as opções políticas estruturais que antes referenciámos. É exemplar o chorudo apoio governamental em curso ao sector financeiro (em parte envolvido na especulação e, quiçá, noutras actividades ainda mais condenáveis) que contrasta com a permanente dificuldade na tomada de medidas que efectivamente reduza a imoral distribuição da riqueza e do rendimento existentes na sociedade portuguesa. Opções políticas estruturais que, por seu turno, se estribam nas orientações neo-liberais desta UE apostada na construção de um sistema económico europeu dominado pelos grandes conglomerados económicos. Neste âmbito, a denominada “coesão económica” prevalece sobre a palavrosamente enaltecida “coesão social”. A crise global do capitalismo apenas veio agudizar as profundas desigualdades sociais no espaço da UE. Permanece sem fundamento uma política económica da UE que condena um país, como Portugal, crescentemente deficitário na agricultura a abdicar da sua produção própria – a reforma da PAC aumentou esta insanável contradição – substituindo produção, emprego, criação de riqueza por abandono dos campos e importações. Aliás e face às alterações em curso na produção e no mercado mundiais de alimentos (com os biocombustíveis e a explosão do mercado chinês), a UE e o Governo deveriam rever urgentemente esta PAC (e sem concessões aos interesses especulativos) e, finalmente, apostar na produção agro-pecuária em Portugal tendo como objectivo mínimo o auto-abastecimento.

Montemor, pelas suas características, sairia certamente muito favorecido na produção, no emprego e no desenvolvimento. A crise global do capitalismo veio pôr em causa o neo-liberalismo que procurava a hegemonia ideológica. Veio pôr em causa o tipo de construção europeia que estava a ser seguido e que já tinha sofrido sérios avisos e revezes, através do voto popular, primeiro com o chamado Tratado Constitucional e depois com o seu sucedâneo o Tratado dito de Lisboa. Veio pôr em causa o desacreditado Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) que estabelece limites administrativos (como é o caso do défice orçamental) independentemente das realidades económicas nacionais ou das diferentes conjunturas que se podem verificar e que ... quase tudo justificou até há poucos meses nas políticas económicas do Governo. Veio pôr em causa a onda privatizadora – bem visível na directiva “Bolkestein” dita de “serviços de interesse geral”! – que visava transformar em negócio privado a generalidade do sector público.

A crise global do capitalismo veio colocar na ordem do dia a necessidade de ir por outro caminho. E há um outro caminho alternativo para a UE: uma Europa dos Povos, uma Europa da enriquecedora diversidade nacional e cultural, uma Europa Social que queira construir coesão e justiça social compatíveis com elevados níveis de dinâmica económica

A crise global do capitalismo demonstrou ainda o que antes afirmámos. Os problemas estruturais e de âmbito nacional ou comunitário, não podem ser resolvidos – como alguns demagogicamente reclamam localmente – por políticas municipais quaisquer que sejam, ainda que pontual ou conjunturalmente possam ser atenuáveis pela acção do Município e/ou de dinâmicas locais. Não remetemos todas as responsabilidades para o Poder Central e para a União Europeia mas confirmou-se a justeza de não aceitar o branqueamento das políticas governamentais e europeias cujas consequências negativas para a maioria da população do Concelho e para o desenvolvimento do Concelho são notórias. Estudámos os problemas do Concelho, analisámos os impactos das políticas governamentais, elaborámos propostas fundamentadas. Assumimos a saudável e não acomodada política de lançar e apoiar acções de denúncia e de reivindicação ao mesmo tempo que apresentámos acções de proposta, acções de iniciativa, acções de parceria na busca de respostas positivas aos problemas das populações do nosso Concelho. Cumprindo os compromissos programáticos, não abdicámos de ser a voz dos Montemorenses, procurámos intervir e contribuir positivamente nas questões de âmbito regional, nacional ou internacional que afectaram e afectam o nosso Concelho!

2.2. Principais Problemas e Consequências O Governo insistiu nas orientações políticas assumidas e voltou a traduzi-las no Orçamento de Estado para 2008. A crise nacional agravou-se, o PIDDAC previsto para o distrito de Évora apontava uns “extraordinários” 1,49%. E acresceu a crise global do capitalismo. A mesma política dá naturalmente resultados idênticos. Infelizmente, essa previsão, para que alertámos, confirmou-se no nosso Concelho! O agravamento da situação sócio-económica do Concelho, em 2008, foi ainda mais severa do que as nossas previsões e, como seria de esperar, afectou particularmente as pessoas de menores recursos e socialmente mais vulneráveis mas também atingiu a classe média. As pequenas empresas e negócios, que constituem a quase totalidade do nosso tecido económico, foram profundamente atingidas vendo diminuir as encomendas, as vendas e levando mesmo a encerramentos. O desemprego atingiu, a nível nacional, valores históricos e o concelho foi naturalmente afectado mesmo entre os mais qualificados como é o caso dos jovens licenciados. Ainda assim registámos taxas de desemprego abaixo dos níveis médios da Região. Diminuiu a oferta de emprego em geral e a oferta de 1º emprego para os jovens. Agravou-se a precarização e insegurança no emprego existente sendo que várias empresas do concelho tiveram acrescidas dificuldades para assegurar o pagamento atempado de remunerações bem como os seus compromissos com a segurança social. Algumas empresas faliram mesmo e outras estão em grave risco. A crise atingiu mesmo instituições sem fins lucrativos com peso no Concelho quer pela sua área de actividade quer pelos postos de trabalho que asseguram. O problema do emprego (ainda que sendo uma questão nacional) é ainda mais grave e preocupante; sem dúvida, o principal problema estrutural que afecta a vida do Concelho.

Continuou a agravar-se a assimétrica, desequilibrada e injusta distribuição do rendimento, consequência das políticas neo-liberais que vêm sendo aplicadas há mais de 3 décadas e que se traduzem em acentuados desequilíbrios sociais que afectam negativamente a maioria dos Montemorenses e são um

travão ao nosso desenvolvimento económico. A maioria dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população, voltou a perder poder de compra, já muito débil, e teve maiores dificuldades no acesso à prestação de cuidados públicos de saúde. A toxicodependência terá mantido a tendência de estabilização mas permaneceu como uma preocupação e um problema social. O alcoolismo, a desadaptação e o insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais são outros problemas sociais que permaneceram a níveis preocupantes e que a actual crise tende a fazer crescer. A imigração parece continuar a tendência decrescente no nosso Concelho sendo que as situações mais graves (clandestinos, trabalho sem direitos) terão diminuído significativamente, sobretudo, pela intervenção social que motivámos ou apoiámos. Diminuíram as tentativas de estabelecimento no concelho de redes de prostituição, aproveitando as facilidades que o normativo legal confere. Este problema, que ultrapassa as competências municipais, mereceu o nosso atento acompanhamento e, sempre que possível, a nossa intervenção apesar de legalmente limitada. Em 2008, o Governo afrouxou as tentativas de empobrecimento, diminuição e mesmo encerramento de serviços públicos essenciais com grande impacto no (não) desenvolvimento. Entretanto, a Câmara manteve-se firme na denúncia de tais propósitos, na contestação fundamentada a essas medidas, na disponibilidade de negociação com o Governo e os seus órgãos desconcentrados. E os Montemorenses assumiram, de diversas formas, a luta pela defesa dos seus serviços públicos afectados e a luta em defesa da qualidade de vida duramente conquistada. Mantiveram-se, contudo, ameaças por parte do Governo e de responsáveis regionais e locais de saúde, de encerramento de serviços públicos de saúde com destaque para Internamento Clínico do Centro de Saúde e para vários Postos Médicos (Baldios, S. Geraldo, Foros do Cortiço, Casa Branca). Foi pela denúncia, pela luta, pela proposta e pela negociação que foi possível impedir o encerramento do SAP, do internamento clínico e das extensões de saúde (postos médicos) de Casa Branca e Foros do Cortiço. Foi ainda possível, na sequência da reclamação apresentada e baseada numa elaborada e forte fundamentação, assegurar o compromisso da criação de um Serviço de Urgência Básico (SUB) na nossa cidade. Apesar disso, continuamos a aguardar a reabertura dos postos médicos de S. Geraldo e Baldios com reflexos muito negativos no acesso à saúde das populações daquelas localidades. Em 2008, o Governo e os responsáveis regionais da educação recuaram na tentativa de encerrar escolas do ensino básico. Mas não foram alterados os invocados “critérios” para encerrar escolas nem assumidos quaisquer compromissos de não encerramento a curto prazo. O Governo foi, igualmente, obrigado a recuar na tentativa de encerrar os postos da GNR em Cabrela, Escoural, Lavre e S. Cristóvão mantendo apenas o aquartelamento da cidade. Mas os efectivos da GNR diminuíram no Concelho. O Governo e os responsáveis regionais de agricultura encerraram, sem aviso prévio, a Zona Agrária de Montemor-o-Novo.

Na senda governamental, a administração dos CTT continuou a insistir e a pressionar o encerramento da estação do Escoural e do posto de Cortiçadas de Lavre. A acção da Câmara, a firmeza das Juntas de Freguesia e das populações têm impedido aqueles encerramentos até agora. E, finalmente, um destaque para o retomar (a nova candidatura ao QREN está a receber o habitual “tratamento”) do boicote à criação e financiamento do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento, o que, para além de privar o Alentejo de um investimento público estratégico de cerca de 90 milhões de euros, é exemplo de um processo escabroso de desrespeito pela autonomia municipal, pela legislação em vigor, um atentado ao Estado de Direito Democrático e à própria democracia na vontade, por parte de diversos Governos, de impor a privatização, o negócio privado, do bem essencial e público que é a água, contra a vontade democraticamente expressa dos Municípios aderentes. Com tudo isto, e como é notório, Montemor, a vida das suas populações, as dinâmicas de desenvolvimento do Concelho, foram profundamente e negativamente afectadas! Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder a estes problemas. Convirá, em simultâneo, sublinhar e reafirmar o facto de que Montemor manteve uma actividade económica, social, cultural e política que tem contribuído para, na medida do possível, contrariar o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias

3.1. Opções Programáticas para o Mandato 2006/ 2009 As Grandes Opções Programáticas para o mandato 2006 / 2009 estão contidas no Programa Eleitoral que a C.D.U. apresentou e foi sufragado maioritariamente pelos Montemorenses. A sua concretização foi, de imediato, condicionada pelo facto do Governo ter decidido alterar drasticamente o quadro legal e os recursos económico-financeiros que tinham servido de base à elaboração do Programa Eleitoral e que culminou com a aprovação pela maioria PS na Assembleia da República de uma nova e castradora (sobretudo, da autonomia política e financeira do Poder Local) Lei das Finanças Locais. Mantivemos, como comprometido, a abertura à análise e discussão das ideias, propostas, sugestões e críticas de outras forças políticas bem como de quaisquer instituições ou munícipes. Recordam-se, de seguida, aquelas Opções Programáticas:

- 1. Fomentar a democracia participada e a gestão democrática*
- 2. Inovar Montemor*
- 3. Incentivar maior desenvolvimento económico e mais emprego*
- 4. Desenvolver o ordenamento e o urbanismo, Qualificar a habitação e o património*
- 5. Preservar e elevar a qualidade ambiental, Aumentar a qualidade de vida*
- 6. Promover a cultura, o desporto, o associativismo e o lazer*
- 7. Potenciar a energia da juventude, Fixar jovens*
- 8. Apostar na educação*
- 9. Apoiar os mais carenciados, Elevar as condições sociais*
- 10. Reforçar a segurança e a protecção civil*

3.2. Executivo Municipal e Pelouros O Executivo da Câmara Municipal é constituído, conforme resultados da eleição popular directa de 2005, por 4 Eleitos pela CDU, 2 Eleitos pelo PS e 1 Eleito pela Coligação PSD/CDS-PP. No final de 2006, o Vereador José Claudino Tregreira, eleito pela Coligação PSD/CDS-PP, renunciou ao mandato e foi substituído (na primeira reunião de Câmara de 2007) pelo Vereador João António Pereira Reis. Todos os Eleitos pela CDU aceitaram pelouros. O Vereador Rogério Pinto, eleito pelo PS, não aceitou pelouros. O Vereador António Chaveiro, eleito pelo PS, aceitou pelouros. O ex-Vereador José Claudino Tregreira, eleito pela Coligação PSD/CDS-PP, tinha o pelouro da “Protecção Civil”. O Vereador João Pereira Reis, daquela Coligação, não aceitou pelouros. A distribuição de pelouros, em 2008, foi a seguinte:

- Presidente Carlos Pinto de Sá (CDU): Coordenação Geral, Relações Institucionais, Administração Geral e Financeira, Secretariado, Área Jurídica e Pessoal, Planeamento e Desenvolvimento Económico, Relações Públicas e Comunicação, Segurança*
- Vereador António Danado (CDU): Obras Municipais, Abastecimento de Água, Saneamento, Protecção Civil, Serviços de Apoio Operacional, Vigilância*
- Vereadora Hortensia Menino (CDU): Relações com Freguesias, Ordenamento do Território e Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos*
- Vereador João Marques (CDU): Acção Social, Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Documentação*
- Vereador António Chaveiro (PS): Mercados e Feiras*

3.3. Actividade Municipal em 2008 A Actividade Municipal em 2008 é, de seguida, exposta sinteticamente e disponibiliza dois documentos de suporte:

- O Relatório de Actividades (RA) não incluídas na Execução do PPI (legalmente não obrigatório);*
- A Execução do Plano Plurianual de Investimentos (EPPI).*

No que diz respeito ao RA manteve-se a opção de o elaborar procedendo a uma síntese de cada acção. Evita-se uma descrição exaustiva que, não obstante ser bastante mais enriquecedora e dar uma dimensão qualitativa que por vezes se perde, levaria a um extenso e pesado documento.

No que diz respeito à EPPI, a sua leitura deve ser cuidadosa tendo em conta quer características técnicas intrínsecas quer factores transitórios inerentes à sua gradual implementação. Quanto às

primeiras, nota-se que, de acordo com o POCAL, este documento mostra o efectivamente pago. Ora, registando-se os pagamentos e não as liquidações, o EPPI mostra as execuções financeiras e não as execuções físicas. Haverá ainda que distinguir tecnicamente entre despesas de capital e investimento no sentido económico, despesas de capital da Conta de Gerência e investimento na EPPI. Sem entrar em explicações teóricas complexas, nota-se que aqueles conceitos levam a diferenças entre o Investimento real, os valores de capital expressos na Conta de Gerência e a EPPI. Quanto aos segundos, temos vindo a aumentar gradualmente o rigor dos registos. Contudo, vivendo-se ainda uma fase de transição na sua implementação, não é possível garantir uma cabal correspondência entre o real e o registo contabilístico, não captando este último a totalidade do investimento. Os códigos, explicitados ao longo deste texto permitem remeter para o RA e/ou para a EPPI. Os códigos correspondem a uma hierarquização a saber: Função/Opção Programática (2 dígitos); Sub-função (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projecto (8 dígitos); Acção (10 dígitos).

3.3.01. Fomentar a Democracia Participada e a Gestão Democrática

Sendo princípio e característica política diferenciadora do nosso projecto autárquico, foi concretizada como prioridade a opção estratégica de fomentar a democracia participativa como pilar de uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações.

Reforçámos os programas e acções de auscultação e fomento da participação cívica na gestão municipal quer ao nível dos trabalhadores do Município quer das instituições locais quer das populações. Em termos gerais, o trabalho proposto foi concretizado.

Procurámos os consensos possíveis, desde que não redutores da democraticidade interna, para garantir condições de funcionamento e participação democráticas no âmbito do Executivo Municipal. Vivemos uma época de preocupante empobrecimento democrático, de desvalorização da participação cívica, de descredibilização da política e dos órgãos institucionais democráticos, de apelos e iniciativas legislativas redutoras da democraticidade do sistema político oriundo da Revolução de Abril. A democracia, sobretudo se a queremos participada pelas cidadãs e cidadãos, requer sempre exercício, correcção de erros, constante melhoria e aperfeiçoamento, foi o que procurámos fazer.

Encontro com a População na cidade.

Esta opção programática (código 01) concretizou-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: participação popular nos processos de tomada de decisão (código 01.01.), aprofundamento da democracia política (código 01.02.), fomento da dinâmica popular (código 01.03.), reivindicações ao Poder Central (código 01.04.) e participações institucionais (código 01.06.). 3.3.01.01. Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão

Neste âmbito, implementámos fundamentalmente dois programas.

O Programa de auscultação não institucional (RA-01.01.01.) onde se asseguraram diversas acções como encontros e atendimentos à população, plenários e reuniões diversas.

O Programa de estruturas consultivas locais de participação (RA-01.01.02.) manteve o funcionamento das estruturas existentes que têm dado um enorme contributo nas suas áreas de actuação. O Conselho Cinegético, estrutura consultiva a que o Governo tem vindo retirar importância, não funcionou porque, tendo terminado o mandato, a sua recomposição tem apresentado dificuldades várias a que não será alheia a sua desvalorização. Destaca-se o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, reformulado em 2006 e do Conselho Local de Acção Social, estrutura de coordenação da Rede Social. 3.3.01.02. Aprofundamento da Democracia Política Cumprimos os seguintes os programas: Programa de aperfeiçoamento do Poder Local (RA-01.02.01.) onde se denunciou a tentativa de alteração e empobrecimento democrático do actual sistema político (presidencialização, centralização, mono partidarismo, diminuição do numero de eleitos, não proporcionalidade da eleição, liquidação da eleição directa, etc.) e onde defendemos medidas para aprofundar a democraticidade do sistema e aperfeiçoar o seu funcionamento. Destaca-se, face à política governamental, a defesa do serviço público contra a privatização e denúncia dos ataques à autonomia do Poder Local, nomeadamente, com nova Lei das Finanças Locais, a nova Lei referente aos tarifários ou o pacote de leis que vieram alterar o estatuto dos funcionários públicos. Programa de defesa da regionalização (RA-01.02.02.) onde continuamos a defender a institucionalização das Regiões Administrativas, cumprindo a vontade expressa pelo voto dos Montemorenses, pela democratização do poder regional, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos

de poder regional institucionalizando, conforme preceito constitucional e necessidade para o desenvolvimento, as regiões administrativas. Programa de descentralização local (RA-EPPI-01.02.03.) onde, apesar das restrições económico-financeiras que nos foram impostas, continuámos a aprofundar a descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia, nomeadamente através do Protocolo de Descentralização de Competências e Meios e do recente Protocolo de Cooperação Câmara / Juntas de Freguesia e outras acções de cooperação (onde a colaboração institucional e a descentralização de meios apoia a autonomia e competências próprias das Freguesias). Programa para o associativismo inter-municipal (RA-01.02.04.) ao qual atribuímos grande importância. Participámos activamente nos funcionamentos da AMDE e da RTE, combatemos tentativas de enfraquecimento e/ou partidarização da RTE mas também da AMDE, contribuímos para a importante actividade daquelas estruturas associativas.

Encontro com a População em S. Brissos

Regista-se, em particular no caso da RTE, a tentativa de partidarização, de sujeição aos interesses de grandes grupos económicos em detrimento da representação do tecido empresarial turístico do distrito e mesmo de dissolução (quer pelos eleitos autárquicos nas Câmaras Municipais de maioria PS quer, de forma lamentável e ilegal, pelo Secretário de Estado do Turismo do actual Governo). Aquele inqualificável tinha sido travado já que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja se pronunciara em vários processos sempre favoravelmente à posição da RTE e à nossa própria posição. Entretanto, o Governo impôs por via legislativa o que não logrou obter nem democraticamente nem na Justiça: assim, foram extintas as Regiões de Turismo e criadas novas Estruturas Regionais de Turismo governamentalizadas e permeáveis aos grandes interesses económicos. Neste contexto, temos vindo a reequacionar a nossa política municipal para o turismo e o tipo de relações a manter com aquelas novas Estruturas, entretanto objecto de complexas negociações políticas que temos acompanhado. Também participámos activamente e contribuímos para o acordo político consensual que irá permitir a criação da nova Comunidade Inter-Municipal do Alentejo Central (no território do distrito de Évora) que assegurará a subvenção global contratualizada pela AMDE com o QREN. Empenhámo-nos, de igual forma, em assegurar o funcionamento da AMAMB, estrutura associativa fundamental para garantir as candidaturas do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento. Participámos activamente no Conselho Geral da GESAMB, EIM, empresa que tem demonstrado a sua capacidade para garantir, no sector público local, a recolha de resíduos para reciclagem e o tratamento dos RSUs no nosso distrito. 3.3.01.03. Fomento da Dinâmica Popular

No âmbito do fomento da dinâmica popular (RA-01.03.), continuámos a assegurar um amplo apoio ao movimento associativo local gravemente afectado pela política de redução de apoios da administração central bem como à participação das populações nos processos de decisão. Mantivemos diversas formas de parceria e participação (contratualização com instituições e gestão participada de equipamentos).

3.3.01.04. Reivindicações ao Poder Central

A Câmara manteve, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses colectivos dos Montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Esta postura aliada à luta popular desencadeada em anos anteriores teve resultados:

foi possível um compromisso (ainda que só verbal) para a recuperação do Convento da Saudação e a instalação do novo Centro Nacional de Artes Transdisciplinares com base numa parceria Câmara / Espaço do Tempo (Rui Horta) / Ministério da Cultura; Convento da Saudação (Castelo)

foi possível um compromisso (ainda que só verbal) para a continuidade dos Postos da GNR nas freguesias;

foi possível obter um compromisso (ainda que só verbal e precário) para o não encerramento de escolas no presente ano lectivo.

foi possível um compromisso (ainda que só verbal) para a implementação do Parque Integrado de Saúde com a construção do novo Centro de Saúde com base numa parceria Câmara / Hospital de S. João de Deus / Ministério da Saúde; Terreno do futuro Centro de Saúde (H.S.J.Deus)

Tais compromissos não nos inibiram de exigir, porque justo e necessário a melhores condições de vida das populações, a reabertura dos Postos Médicos encerrados nas freguesias nomeadamente em S. Brissos, Baldios e S. Geraldo. No caso de S. Geraldo só uma ridícula e absurda teimosia

insustentável permite que o médico passe a meia dúzia de metros do Posto Médico com boas instalações e bem equipado e siga para o Ciborro, a 6 kms de distância, e a população vá atrás do médico para consulta no Ciborro!

Continuámos a denúncia e a luta em defesa da autonomia do Poder Local Democrático, contra as medidas centralistas de penalização das Autarquias Locais, contra a centralista nova Lei das Finanças Locais. Continuámos a denúncia, a luta e a negociação contra o encerramento de serviços públicos no Concelho. Paralelamente, adoptámos uma atitude de proposta fundamentada, de colaboração activa para a concretização das políticas, projectos e acções com reflexo positivo em Montemor-o-Novo e no Alentejo.

Posto médico de S. Geraldo

Batemo-nos pela necessidade de novas políticas nacionais de desenvolvimento regional (RA-01.04.01.) e pela concretização de projectos concelhios (RA-01.04.02.) da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É o caso exemplar e incompreensível do não avanço da elaboração do plano de ordenamento da Barragem dos Minutos o que pode pôr em causa a qualidade da água para futuro abastecimento público).

3.3.01.06. Participações Institucionais

Barragem dos Minutos

Assegurámos importantes participações institucionais (RA-01.06.) aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional). Pela negativa, regista-se a liquidação da RTE pelo Governo sendo que a RTE, emanação do associativismo municipal, desempenhou um papel de enorme relevância (que pode ser aferido pelas estatísticas oficiais) na promoção e desenvolvimento turístico do distrito. Ainda pela negativa, manteve-se o impedimento ao normal funcionamento do Conselho Regional da CCDRA, único órgão regional que reúne representantes das forças vivas do Alentejo.

Releva-se, pela positiva, a diversificada participação da Câmara na discussão, viabilização e criação de várias Redes (só com Municípios ou com outras instituições) de que se destaca a Rede Corredor Azul que sustenta uma ambiciosa candidatura ao QREN no âmbito da promoção do território. E ainda a participação na AMDE e na RTE (em termos regionais), na ANMP (em termos nacionais) e no Comité das Regiões da UE (em termos internacionais).

Assinatura Protocolo da Rede Corredor Azul

Seminário sobre cultura da Rede Corredor Azul

3.3.02. Inovar Montemor

A implementação de um Programa para a Inovação tem-se revelado mais lenta e difícil do que o inicialmente previsto além, obviamente, de ter sido afectada pelas restrições e cortes orçamentais. Assim, centrámo-nos na própria Câmara e no seu funcionamento e progressivamente começámos a alargar ao concelho. Queremos estar a contribuir para iniciar uma cultura de inovação e modernização para o desenvolvimento sustentado de Montemor. Esta opção programática (código 02) concretiza-se em duas sub-funções: modernizar a Câmara, melhorar o serviço público (código 02.01.) e fomentar a inovação (código 02.02.). 3.3.02.01. Modernizar a Câmara, Melhorar o Serviço Público A prioridade Modernizar a Câmara, Melhorar o Serviço Público, com o objectivo da inovação na Câmara, teve continuidade nos seguintes programas: No Programa para Organização dos Serviços (RA-02.01.01.) foram dados passos significativos na implementação, aos vários níveis, da nova organização de serviços (estrutura dirigente, autonomização e funcionamento das novas Divisões e outros Serviços, estruturação interna dos serviços, etc.) o que tem permitido continuar a abordar e resolver alguns problemas referenciados e melhorar o funcionamento global da Câmara. Em 2008, podemos afirmar que a nova organização de serviços está consolidada, a funcionar regularmente e a responder positivamente aos objectivos para que foi criada.

No Programa para o Pessoal (RA-02.01.02.) prosseguimos três áreas fundamentais: a melhoria das condições de trabalho onde, apesar das dificuldades económico-financeiras, se regista uma evolução geral muito positiva; a formação que atingiu um novo patamar quer com o funcionamento do Plano Anual de Formação com a AMDE quer no apoio à aquisição de novas competências por dezenas de trabalhadores; e a participação dos trabalhadores na organização e na actividade da Câmara. Salienta-se um significativo passo na implementação do SIADAP - sem abdicarmos das pesadas

críticas que lhe fazemos nomeadamente pelos níveis de injustiça, conflitualidade, afectação de carreiras e remunerações e desmotivação, entre outras, que introduz! – que tem procurado, de forma participada e criativa, obviar aos constrangimentos intrínsecos e às profundas desadequações face à realidade que apresenta.

O Programa de Modernização das Instalações Municipais (RA-EPPI-02.01.03.) continuou a apresentar dificuldades de concretização sobretudo de nível financeiro face a outras necessidades do Concelho. Ainda assim, continuaram a ser feitas intervenções e melhorias pontuais.

O Programa de Modernização de Equipamentos (RA-EPPI-02.01.04) assegurou uma continuada actualização dos equipamentos apesar das fortes limitações orçamentais face às reais necessidades. O Programa de Valorização do Município (RA-EPPI-02.01.05.) centrou-se, essencialmente, na promoção interna e externa do concelho e na comunicação ainda que com restrições orçamentais.

Instalações da DPDE

Os principais objectivos nesta área da comunicação foram atingidos. Destaca-se o lançamento da nova Revista Municipal “Mor Magazine” que substituiu o anterior Boletim Municipal e que alargou significativamente os temas tratados e a participação e promoção de instituições, produtos e serviços concelhios. Nalguns casos não foi assegurada uma resposta eficaz a acções de desinformação que nos foram dirigidas. Manteve-se um satisfatório relacionamento com a comunicação social em geral.

Mor Magazine nº 0

O Programa de Documentação (RA-EPPI-02.01.06.) continuou o trabalho de reforço e modernização de um conjunto de bases de dados sobre a actividade municipal. 3.3.02.02. Fomentar a Inovação Continuámos a fomentar a capacidade de inovação nos diversos sectores e actividades do nosso concelho de forma a sustentar, no futuro, uma cultura de inovação. Desenvolvemos dois programas.

Folheto “Dias Tranquilos”

O Programa para as Novas Tecnologias (RA-EPPI-02.02.02.) onde se destaca o funcionamento do Évora Distrito Digital (EDD) e o projecto da Rede Comunitária do Distrito de Évora e ainda outras áreas que não só as tecnologias da informação.

Quanto à Rede Comunitária do Distrito de Évora” (anel de comunicações em fibra óptica), e pela sua importância quer para colocar o distrito na vanguarda do uso das tecnologias da informação quer por criar um importante factor de competitividade empresarial e institucional, há que referir alguns dados. O projecto assenta em duas vertentes. A primeira considerada requisito fundamental é possibilitar a interligação de todas as sedes de concelho e é denominada Rede Comunitária Nível 1. A 2ª denominada Rede Comunitária Nível 2 visa implementar redes empresariais nos Parques Empresariais/Industriais dos 14 Municípios potenciando o desenvolvimento e o acesso a serviços comuns. As duas redes complementam-se e permitem implementação e sustentabilidade do projecto O Programa da Carta Estratégica (RA-02.02.03.) avançou com alguns dos programas e acções propostos donde destacamos as redes intermunicipais e, pela sua importância, o projecto de recuperação do Convento da Saudação para instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares.

A ZIA dispõe da Rede Comunitária

3.3.03. Incentivar Maior Desenvolvimento Económico e Mais Emprego

Mantêm-se actual o que escrevemos em anos anteriores: “As políticas nacionais e, em particular a política nacional de desenvolvimento regional, são determinantes para o desenvolvimento local e regional. Não é possível definir e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento (excepto em casos muito específicos) que consiga sobrepor-se àquelas políticas e à sua concretização no território concelhio ou da Região. Por isso, nos pronunciamos sobre aquelas políticas e propomos outras que entendemos mais adequadas e justas para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e para as condições de vida dos diversos grupos sociais. A responsabilidade do Poder Central na situação dos concelhos e Regiões é, pois, nuclear e indescartável. Consideramos que Montemor-o-Novo e o Alentejo têm sido pesadamente penalizados pelas políticas do Poder Central e que o seu estágio de desenvolvimento resulta disso. Consideramos, ainda, que um real processo de desenvolvimento do concelho e da Região implica uma nova e diferente orientação política. Aos Governos compete desencadear as políticas, os programas, os projectos, as medidas que despoletem e sustentem

processos de desenvolvimento. Montemor, o Alentejo e, em geral, todo o interior do País continuam a aguardar tais opções!

Entretanto, esta nossa posição não significa alijar toda e qualquer responsabilidade deste tipo. Ao contrário, assumimo-las no âmbito das competências do Poder Local e procuramos e procuraremos uma activa intervenção municipal para o desenvolvimento”. O desenvolvimento económico e o emprego constituem, no contexto que acima descrevemos, uma prioridade estratégica. Em 2008, mantivemos uma intensa e activa actividade planeada nesta área. Contudo, a crise nacional ampliada pela crise global do capitalismo, teve consequências sobretudo na dilação dos calendários previstos para implementação de projectos e investimentos. Ainda assim, instalaram-se novas empresas e surgiram novas perspectivas positivas de captação de investimento e de criação de novos postos de trabalho. Esta prioridade estratégica (código 03) apostou na diversificação, expansão e dinamização da base económica (código 03.02.). (Nota: O ponto 3.3.03.01. não existe por questões técnicas de codificação do RA e EPPI.) 3.3.03.02. Diversificar, Expandir e Dinamizar a Base Económica

O diversificação, expansão e dinamização da base económica continuou como pilar fundamental da estratégia de desenvolvimento porque só com produção, criação de riqueza e novos postos de trabalho será possível suster o despovoamento, recuperar população. Não descurámos, contudo, a importância e impacto de outras acções ainda que, eventualmente, com menor visibilidade na sua incidência económica.

1ª Mostra económica e de promoção de empresas do concelho (Feira da Luz/2008)

O Programa de Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento (RA-EPPI-03.02.01.) deu atenção particular à Zona Industrial da Adua, nomeadamente ao apoio à instalação de novas empresas e ao Plano de Pormenor para a sua expansão. No âmbito da contratualização com o QREN através da AMDE, assegurámos um importante volume de financiamento para a 2ª fase da ZIA e para o futuro Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas cujo projecto está em fase de conclusão.

Retomámos o estudo da viabilidade de instalação de um Parque Empresarial e Tecnológico virado para empresas de maior dimensão. Procurámos assegurar condições para a instalação de empresas em diversos pontos do concelho. O projecto de reabilitação do Mercado Municipal será reformulado para usos modernos e custos compatíveis com as disponibilidades orçamentais. Está em estudo, na zona do terreno recentemente adquirido, a viabilidade de instalação de uma Zona Empresarial no Escoural.

Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Projecto 3D) / ZIA

O Programa de Promoção da Economia do Concelho (RA-03.02.02.) promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho quer em iniciativas municipais quer em parcerias com instituições regionais como a RTE e a ADRAL. A crise fez-se sentir quer afectando as empresas existentes quer obrigando a recalendarizações nos investimentos previstos. Contudo, nota-se que não nos foi reportada qualquer desistência de investimento previsto. Asseguraram-se contactos e negociações com potenciais novos investidores; instalaram-se e iniciaram o funcionamento algumas empresas com destaque para a AIS, empresa industrial de fabricação de componentes automóveis e o Pingo Doce, empresa de distribuição alimentar sendo de salientar que só estas empresas criaram 60 postos de trabalho. Têm andado a bom ritmo os processos para a concretização dos 2 empreendimentos turísticos já sinalizados em 2007. Infelizmente, confirmou-se o abandono do projecto do Parque Temático “Alentejo Terra Mãe”, consequência do prematuro falecimento do Presidente da Fundação Alentejo Terra Mãe. Em 2008, o novo formato da Feira da Luz, lançado em 2007, consolidou-se e abriu novas perspectivas; a nossa Feira da Luz, em constante renovação, voltou a afirmar-se como um dos grandes eventos da Região. Temos vindo a estudar a viabilidade e a localização de uma loja de promoção de produtos locais e de turismo sendo que, apesar de diversas dificuldades, aquela perspectiva se mantém. Merece ainda realce as realizações do 5º Festival de Sopas e da 5ª Feira do Pão e da Doçaria, certames que têm crescido em adesão de visitantes e atraído novos visitantes exteriores ao concelho. São importantes momentos de promoção e divulgação de empresas e produtos concelhios e regionais.

Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico (RA-EPPI-03.02.03.) assentaram em programas de iniciativa municipal com destaque para o FAME e o programa de apoio aos pequenos e médios agricultores. Insistimos nas parcerias onde se continuou importante trabalho de contactos,

diálogo e propostas mas com avanços são lentos. O mesmo se pode referir quanto ao associativismo económico.

O Programa de Dinamização de Actividades (RA-EPPI-03.02.04.) onde continuámos a aposta no turismo em colaboração com a Região de Turismo de Évora e a Associação das Regiões de Turismo do Alentejo. Infelizmente, o Governo, por via legislativa, liquidou estas instituições cujo contributo para o desenvolvimento turístico da nossa Região foi ímpar. No Programa de Participação em Projectos de outras Entidades (RA-03.02.05.) colaborámos com instituições locais e regionais (ADRAL, AMDE, RTE) em acções e projectos com vista ao desenvolvimento económico. (Nota: O ponto 3.3.04. não existe por questões técnicas de codificação do RA e EPPI.)

Área comercial dos pequenos agricultores (Feira da Luz)

3.3.05. Desenvolver o Ordenamento e o Urbanismo, Qualificar a Habitação e o Património

O ordenamento, a gestão do território, o uso planeado do solo, o urbanismo de qualidade como instrumentos do desenvolvimento sustentável e integrado manteve-se como prioridade estratégica. Esta opção programática (código 05) concretizou-se através da gestão urbanística (código 05.00.), do planeamento (código 05.01.), do apoio à recuperação e construção de habitação (código 05.02.), da qualificação urbana (código 05.03.), da rede viária (código 05.04.), do património edificado (código 05.05.), do apoio a iniciativas de particulares (código 05.06.), da gestão dos solos (código 05.07.) e da energia (código 05.08.). 3.3.05.00. Gestão Urbanística No Programa de Gestão Urbanística (05.00.01.) regista-se a melhoria decorrente dos mecanismos de controlo e gestão antes implementados o que tem permitido um maior rigor e eficácia na análise de processos e na gestão dos instrumentos de planeamento. Está implementada e a funcionar a nova organização da informação geográfica. 3.3.05.01. Planeamento

O Planeamento (05.01.) procurou compatibilizar o interesse público e colectivo com os interesses privados e particulares, naturalmente prevalecendo os primeiros em caso de insanável conflito. Particular atenção foi dada às legítimas expectativas da população e às iniciativas de agentes económicos que visam a criação de emprego e o investimento.

Foram os seguintes os programas aplicados: O Programa de Ordenamento do Território (RA-05.00.01.) prosseguiu a aplicação da alteração de âmbito limitado do PDM. Foi apresentada à Câmara e promovida a discussão pública do novo Regulamento Municipal de Edificações Urbanas, processo que se quer concluído antes do final do mandato. O Programa de Planeamento Urbano (05.00.03.) incidiu sobre os principais planos de pormenor urbanos com destaque para a revisão do PP do Escoural e o PP da 2ª fase da ZIA. 3.3.05.02. Apoio à Recuperação e Construção de Habitação O apoio à recuperação e construção de habitação é prioridades da Câmara. Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política contribuiu, pelo efeito económico multiplicador da construção civil, para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atractivos que trazem e fixam população.

Sessão sobre o PROT Alentejo

Através do Programa de Habitação Municipal (05.02.01.) temos vindo a aplicar um novo tipo de gestão sistemática e integrada do parque habitacional propriedade do Município, nomeadamente da habitação social, com vista a uma maior e mais eficaz intervenção da Câmara no apoio aos munícipes de menores recursos. O Programa de Apoio à Recuperação de Habitação (05.02.02.) assegurou a continuidade da componente do apoio à recuperação de telhados. Concluído o novo programa dirigido à melhoria das condições de habitabilidade e salubridade o qual faz parte integrante do Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário” aprovado no final de 2008.

Com o Programa de Terrenos Municipais (05.02.03.) procurámos aplicar uma política que desincentive a especulação urbana dos solos; disponibilizámos novos lotes, a baixo custo, em loteamentos municipais; tentámos negociar terrenos em localidades (Lavre, Cabrela, Escoural, S. Cristóvão, Cortiçadas de Lavre) com escassez de oferta e/ou procura, procurando soluções alternativas. Neste caso, foi possível concluir com êxito negociação de terrenos em Lavre e Escoural. Em 2008, continuámos a desenvolver projectos para loteamentos municipais e para outros terrenos cuja resolução se arrasta há muitos anos (Foros do Cortiço, Fotos de Vale de Figueira, S. Cristóvão). Construção de habitação própria no loteamento municipal de Silveiras

No Programa de Parcerias para Construção de Habitação (05.02.04) estimulámos detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria. Concretizaram-se parcerias em S. Geraldo e Lavre, havendo outras negociações em curso.

3.3.05.03. Qualificação Urbana O Programa de Estudos/Projectos (RA-05.03.01.) assegurou a realização interna de um importante conjunto de projectos e acompanhou outros executados no exterior. O volume de projectos aumentou significativamente razão pela qual o recurso a trabalho externo tem vindo a crescer bastante. O Programa de Espaços Exteriores (05.03.02.) cresceu substancialmente em 2008 sendo que importante parte dos trabalhos quer na cidade quer nas freguesias foi assegurada por administração directa a construção do loteamento em Lavre

O Programa de Reabilitação Urbana (05.03.04) desenvolveu diversos projectos para sustentar candidaturas ao QREN, nomeadamente na área do Centro Histórico da cidade, assegurou pequenas intervenções por administração directa e por empreitadas bem como o acompanhamento de projectos de instituições e de particulares.

3.3.05.04. Rede Viária Em 2008, continuou a crescer a actividade de manutenção, recuperação e reabilitação da rede viária. A equipa camarária permanente criada em 2007 teve um papel fundamental na melhor resposta que foi dada nesta área em todo o concelho. Entretanto, no final do ano e princípio deste, as condições climatéricas com destaque para a pluviosidade (que, face à necessidade, é sempre bem vinda!) causaram sérios danos em arruamentos, estradas e caminhos que só será possível resolver (como já está a acontecer) no presente ano. No Programa de Mobilidade, Circulação e Trânsito (RA-EPPI-05.04.01.) demos continuidade ao investimento na segurança rodoviária com para a melhoria da sinalização por todo o concelho. Foi concluído o estudo prévio para a revisão do Plano de Circulação e Trânsito da cidade.

Construção de passeios na Rua Irmãos de S. João de Deus (cidade)

No Programa de Qualificação da Rede Viária (RA-EPPI-05.04.02.) aumentámos significativamente o investimento quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais. Apenas as condições climatéricas do final do ano nos impediram de atingir o patamar previsto. Destaca-se o investimento, por empreitada, em arruamentos (incluindo infra-estruturas diversas) no Cíborro.

3.3.05.05. Património Edificado

Pavimentação Av. de Valenças no Cíborro

O Programa de Preservação do Património (RA-EPPI-05.05.01.) acompanhou a elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções de conservação bem como a aplicação das directivas do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico. Realça-se a intensa e significativa actividade desenvolvida pelo Programa de Valorização do Castelo donde se destaca o acompanhamento do projecto de recuperação do Convento da Saudação e zona envolvente e o trabalho desenvolvido pela Oficina de Arqueologia que registou mais uma importante descoberta arqueológica (em estudo). Foi concluída a elaboração do projecto de recuperação estrutural do Convento de S. Francisco.

3.3.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares Este tipo de apoio que incluiu o acompanhamento e fiscalização de obras e centrou-se nas obras e loteamentos de particulares (RA-05.06.01.) estimulando a dinâmica de iniciativa dos cidadãos. 3.3.05.07. Gestão de Solos No Programa de Bolsas de Terrenos (EPPI-05.07.01.) salienta-se a regularização de perímetros e terrenos de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento. Obtiveram-se ainda, por cedências, terrenos para futuros equipamentos colectivos, para zonas verdes e para infra-estruturas. 3.2.05.08. Energia O Programa de Iluminação Pública (EPPI-05.08.01.) garantiu, com a participação das Juntas de Freguesia, a continuidade do reforço e extensão da rede de iluminação pública. Recorda-se que, em parte, este Programa insere-se no contrato de concessão à EDP, SA, contrato aquele que regula o tipo de financiamento a suportar pela Câmara. Em curso, estão vários sistemas de optimização energética.

3.3.06. Preservar e Elevar a Qualidade Ambiental

A procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a continuação da presença humana na paisagem e as boas práticas agro-pecuárias tem constituído uma das primeiras prioridades desta Câmara nos últimos anos a que foi dada continuidade.

Passeio na natureza “Dias Tranquilos”

Algumas das principais necessidades básicas da população estão aqui enquadradas e constituem prioridade fundamental como são, nomeadamente, os casos da garantia de abastecimento de água e de saneamento, a recolha, selecção e tratamento do lixo. A nossa opção e intervenção visaram compatibilizar Ambiente e Desenvolvimento Sustentável naturalmente com a presença humana.

Defendemos o cumprimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável que assegure respostas estruturais aos problemas do País, face aos desafios que enfrenta e aos compromissos assumidos internacionalmente e que os municípios, no âmbito das suas competências, embora com escassos recursos, procuram resolver.

Ecocentro (ZIA)

Valorizámos, numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável, o nosso Património Ambiental, continuámos a enfrentar e a procurar soluções para os principais problemas ambientais, procurámos garantir o aumento da qualidade de vida e a preservação do ambiente. Esta opção programática (código 06) integrou a promoção e defesa do meio ambiente (código 06.01.), a conservação da natureza (código 06.02.), o saneamento (código 06.03.), o abastecimento de água (código 06.04.), os resíduos sólidos (código 06.05.) e a higiene pública (código 05.05.). 3.3.06.01. Promoção e Defesa do Meio Ambiente Neste âmbito, concretizámos dois programas: O Programa de Controlo da Poluição (RA-06.01.01.) onde continuou a assumir importância central o desenvolvimento das orientações do PIGS (Projecto Integrado de Gestão de Suiniculturas) projecto inovador dirigido ao problema dos efluentes das suiniculturas. Foi dada atenção particular a acções de monitorização e ao reforço da fiscalização, essencial para a correcta aplicação da regulamentação existente.

O Programa de Defesa do Meio Ambiente (RA-EPPI-06.01.02.) continuou a dar grande atenção ao funcionamento do viveiro municipal vocacionado também para a produção de espécies autóctones e ao Programa Integrado de Reciclagem, cujo elemento principal - Projecto REAGIR – ainda que concluído, no que diz respeito ao financiamento comunitário, em 2007, se manteve a funcionar e se constitui como enorme apoio aos construtores civis locais. Está em estudo com a GESAMB, EIM a hipótese de se integrar num sistema supra-municipal a criar. Destaque ainda para a área de educação ambiental.

Programa REAGIR

3.3.06.02. Conservação da Natureza

Programa REAGIR

Concluímos com êxito, nesta área (RA-EPPI-06.02.01), importantes investimentos, nomeadamente, nos Sítios da Rede Natura 2000, e em particular no Sítio de Monfurado com os projectos GAPS, Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado, Naturale – Natureza e Turismo no Alentejo e Extremadura e ainda do projecto Ripidurable – Gestão Sustentável de Galerias Ripícolas, financiados pela União Europeia, iniciativas relevantes na perspectiva de compatibilizar a conservação da natureza com a ocupação humana e o desenvolvimento de actividades e ela associadas

Núcleo Interpretativo de Monfurado (Baldios)

Seminário final GAPS

3.3.06.03. Saneamento A cobertura urbana integral do Concelho pela rede de saneamento básico continua a ser o nosso objectivo central. A sua concretização exige, como temos afirmado e demonstrado, a melhoria dos sistemas municipais e a obrigatoriedade de constituição de sistemas supra-municipais, face ao volume de verbas necessárias. Contudo, e apesar dos nossos esforços ainda não vai ser possível alcançar aquele objectivo neste mandato dado o boicote do Poder Central à criação e financiamento do nosso sistema inter-municipal. Reafirmámos a nossa opção pela constituição de um sistema inter-municipal de gestão de saneamento (e águas) que garanta o carácter e a gestão pública deste serviço de decisiva importância para a satisfação de necessidades básicas das populações. Opusemo-nos às pressões privatizadoras de sucessivos Governos que, ao longo de 6 anos, boicotaram, atrasaram e, finalmente, inviabilizaram, no III QCA (2000-2006) da UE, o processo de constituição do sistema e os necessários investimentos públicos nesta área. Aos que no distrito e no Concelho pugnam pela privatização com graves consequências para as populações sobretudo as de menores recursos, contestámos tal “fatalidade” e apresentámos uma alternativa válida, credível e

eficaz salvaguardando o serviço público; continuámos a exigir tratamento igual para esta opção legítima do nosso Município em parceria com mais 5 outros Municípios do distrito (Arraiolos, Mora, Vendas Novas e Vila Viçosa). Na sequência desta luta firme e justa pelo direito à opção democrática por um sistema não privatizado, conseguimos, em 2007, que o QREN (2007-2013) no Programa Operacional de Valorização do Território reconhecesse e incluisse explicitamente o nosso Sistema Inter-municipal como projecto estruturante a financiar. Entretanto, continuam os esforços do Governo e de algumas Câmaras Municipais do PS para tentar forçar o abandono da nossa opção por um sistema público. Estamos perante a continuidade de um processo escabroso, um atentado ao Estado de Direito Democrático, às regras básicas da democracia, à autonomia do Poder Local com um único fito: impedir a constituição de um Sistema Público de Abastecimento de Água e Saneamento que possa contrapor-se à gula privatizadora numa área-chave para as necessidades básicas das populações. No âmbito da AMAMB, apresentámos, em 2008, uma nova candidatura ao QREN/POVT para financiamento de um Sistema Público Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento reformular o projecto e a candidatura a apresentar quando, em 2008, abrir o 1º período de candidaturas nesta área. Paralelamente, estamos a participar numa iniciativa negocial despoletada pelas Associações de Municípios do Alentejo e dirigida ao Governo e às Águas de Portugal para a eventual constituição de uma solução alternativa na base de uma parceria Estado / Autarquias em que seja preservado o carácter público do sistema. Reafirmámos uma certeza: não nos obrigarão a abdicar da defesa das populações e do interesse colectivo dos Montemorenses para transformar a água num negócio privado de alguns limitando o acesso a este bem público indispensável à vida. Implementámos dois programas:

O Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento (RA-EPPI-06.03.01.) onde assegurámos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede. Destaca-se o funcionamento pleno da ETAR de Casa Branca, concluída em 2007; a conclusão e entrada em funcionamento da nova ETAR de Foros do Cortiço; da construção, a concluir em 2009, das ETARs de Silveiras e S. Cristóvão. Destaque ainda para a construção da rede de saneamento de Foros do Cortiço já a funcionar. Num esforço significativo, continuámos a reforçar, em todas as zonas rurais do Concelho, a limpeza e remoção para tratamento em ETAR de efluentes de fossas domésticas privadas.

Construção da ETAR de S. Cristóvão

O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (RA-06.03.02.) visando uma activa participação na implementação do sistema inter-municipal de gestão, exigindo o respeito pelas nossas opções e o tratamento igual pelo Governo e assegurando o domínio e a gestão pública autárquica no sistema. Mantivemos a colaboração com as restantes Associações que, no Alentejo, defendem esta opção e lutam pela concretização de sistemas inter-municipais. Apresentámos, aquando do 1º aviso de abertura, uma nova candidatura no âmbito do QREN (2007-2013) estando a ser desenvolvidos projectos de execução diversos e trabalhos preparatórios para as obras. Salienta-se que, paralelamente, estamos a negociar com o Governo e as Águas de Portugal – com base numa iniciativa das Associações de Municípios – a hipótese de criar um sistema alternativo, mas público, a partir de uma figura jurídica nunca antes usada, uma parceria Estado / Autarquias. O processo tem evoluído positivamente e encontra-se na fase crucial do estabelecimento ou não de um acordo geral. 3.3.06.04.

Abastecimento de Água O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) aplica-se ao abastecimento de água mas, neste caso, já atingimos a cobertura urbana integral e estamos mesmo a alargar a rede a zonas rurais. A questão do abastecimento de água é, fundamentalmente, a de assegurar, face à escassez, origens suficientes e adequadas de água, o seu tratamento e adução. Os nossos esforços políticos e técnicos centraram-se neste ponto e em dois programas.

No Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (RA-EPPI-06.04.01.) mantivemos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede. Destaque ainda para a construção em curso da rede de abastecimento de água a Foros do Cortiço. Em 2008, manteve-se o problema da seca (que vivemos há 3 anos!) apesar da maior pluviosidade no final do ano. Tornou-se, pois, imprescindível insistir num programa de sensibilização e de poupança de água e mesmo a garantia do abastecimento público, suprimindo as carências pontuais através de transporte de água em auto-tanque. A água não faltou nas torneiras do Concelho! Esta situação já poderia estar resolvida,

pelo menos parcialmente, se o Sistema Inter-municipal não tivesse sido boicotado, por sucessivos Governos, desde há 7 anos ...

Reparação de ruptura na rede

O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (RA-06.04.02.) visando uma activa participação na implementação do sistema inter-municipal de gestão, exigindo o respeito pelas nossas opções e o tratamento igual pelo Governo e assegurando o domínio e a gestão pública autárquica no sistema. Mantivemos a colaboração com as restantes Associações que, no Alentejo, defendem esta opção e lutam pela concretização de sistemas inter-municipais. Apresentámos, aquando do 1º aviso de abertura, uma nova candidatura no âmbito do QREN (2007-2013) estando a ser desenvolvidos projectos de execução diversos e trabalhos preparatórios para as obras.

Construção depósito de água no Cortiço

Salienta-se que, paralelamente, estamos a negociar com o Governo e as Águas de Portugal – com base numa iniciativa das Associações de Municípios – a hipótese de criar um sistema alternativo, mas público, a partir de uma figura jurídica nunca antes usada, uma parceria Estado / Autarquias. O processo tem evoluído positivamente e encontra-se na fase crucial do estabelecimento ou não de um acordo geral.

3.3.06.05. Resíduos Sólidos

Nesta área, as principais acções decorreram do Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (RA-EPPI-06.05.01.). O Plano Distrital de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos evoluiu para uma nova fase sob proposta da AMDE. A GESAMB, empresa inter-municipal de gestão de RSUs está a funcionar em pleno e garante o tratamento e reciclagem de RSUs. O Ecocentro de Montemor, instalado na ZIA, está a funcionar em cruzeiro prestando um novo serviço público às empresas, instituições e cidadãos que já permitiu aumentar e diversificar a recolha selectiva de RSUs para reciclagem (electrodomésticos, vidro, madeira, móveis, material eléctrico, etc.). Continuámos o esforço de investimento na renovação de equipamentos, numa perspectiva de qualificação do ambiente urbano. É importante ainda realçar o reforço de recolha e transporte da fracção inerte dos RCD (resíduos de construção e demolição), em todo o concelho, sem custos para os munícipes.

Recolha pública municipal gratuita de RSUs

Por opção, o actual tarifário está longe de cobrir os correspondentes custos dos RSUs. A Câmara continuará a suportar, como custo social, a recolha integral e uma parte substancial do tratamento dos RSUs. Procurámos reduzir o défice através de uma actualização tarifária, do aumento da recolha selectiva no Concelho e de outros ajustamentos ao sistema de recolha.

3.3.06.06. Higiene Pública O Programa de Higiene Pública (RA-EPPI-06.06.01.) manteve um elevado nível de eficácia na limpeza das localidades, assegurou o funcionamento exemplar do canil municipal e diversas acções de prevenção e sensibilização.

Contentores de recolha selectiva de RSUs

3.3.07. Promover a Cultura, o Desporto, o Associativismo e o Lazer

A Actividade Sócio-Cultural, entendido este conceito em sentido amplo, é entendida como vector determinante para a estratégia de desenvolvimento local mantendo-se como prioridade.

Ainda que bastante afectada pelas restrições financeiras e outras (por exemplo, de pessoal) que nos foram impostas, foi possível estabilizar e assegurar o fundamental da actividade municipal desenvolvida nesta área. Em particular, reforçámos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho.

Espectáculo da Escola de Ballet da CMMN

Mantiveram-se as dificuldades, nomeadamente com os cortes quase totais verificados nos apoios concedidos quer pela Administração Central quer por outras entidades exteriores ao Concelho. Ainda assim, reforçámos o importante investimento municipal e o determinante apoio da Câmara às instituições locais, o que se revelou decisivo para alargar o já elevado e referenciado nível da actividade sócio-cultural concelhia.

O ano de 2008 fica assinalado pela inauguração do novo Arquivo Municipal que ocorreu a 8 de Março, Dia do Município, de S. João de Deus e Internacional da Mulher.

1ª Prova de “Águas Abertas” nos Minutos

Edifício do novo Arquivo Municipal (reabilitação da antiga Cadeia)

O ano de 2008 fica igualmente assinalado pela inauguração do novo Parque Desportivo Municipal que ocorreu em Setembro.

Esta opção programática desenvolveu-se pela cultura (código 07.01.), pelo desporto (código 07.02.), pelos tempos livres e lazer (código 07.03.), pelos equipamentos (código 07.04.) e pelo apoio às associações (código 07.05.). 3.3.07.01. *Cultura Assegurámos o nível do reconhecido trabalho que nesta área temos desenvolvido. Montemor manteve-se como referência regional e nacional pela política cultural municipal, pela dinâmica das nossas instituições, pela programação, pelo apoio a quem programa, pelo estímulo e apoio aos criadores.*

Vista do novo Parque Desportivo Municipal

O Programa de Dinamização de Actividades (RA-EPPI-07.01.01) englobou vários Ciclos de Programação e a descentralização cultural, promoveu o acesso da população em geral a eventos culturais de qualidade. Sustentámos os projectos culturais municipais como Biblioteca Almeida Faria, a Galeria Municipal, a Oficina do Canto, a Escola de Ballet. O novo Arquivo Municipal tem já uma actividade assinalável. Estimulámos a criação artística e incentivámos os projectos de desenvolvimento cultural em parceria com outras entidades.

Espectáculo de rua no Ciborro (Ciclo da Primavera)

“Uma Comédia em Família” - Theatron

“Vozes da Rádio” no Ciclo de Outono

O Programa para o Património Cultural (RA-EPPI-07.01.02.) continuou muito afectado pelas condicionantes financeiras. Destaca-se a magnífica exposição sobre brinquedos tradicionais na nova sala de exposições permanentes anuais do Arquivo Municipal (na sequência da exposição apresentada na Feira da Luz/2007) e o funcionamento pleno do Centro Interpretativo do Castelo na recuperada Igreja de S. Tiago. 3.3.07.02. *Desporto A actividade desportiva é, por nós, considerada como essencial para o desenvolvimento harmonioso e saudável das populações e foi nesse princípio que assentámos a nossa actividade. O ano de 2008 fica assinalado pela inauguração do novo Parque Desportivo Municipal que ocorreu em Setembro. O Programa de Dinamização de Actividades (RA-EPPI-07.02.01.) assegurou a promoção da prática desportiva através dos programas de promoção de prática desportiva, nomeadamente os protocolos para os escalões de formação, das escolas e escolinhas de formação, do programa “dar mais vida aos anos”, entre outros. Prosseguimos também com a promoção de eventos desportivos, como os Jogos do Município, a Volta ao Alentejo em Bicicleta, o Grande Prémio de Atletismo (organizado pelos Bombeiros Voluntários), entre outros. Destaca-se ainda a realização de novas iniciativas como a Prova de Águas Abertas na Barragem dos Minutos ou o Festival de Inverno “1ª Braçada”.*

3.3.07.03. *Tempos Livres e Lazer*

Jogo no novo Parque Desportivo

8º Grande Prémio de Atletismo

26ª Volta ao Alentejo em Bicicleta

Releva-se (RA-EPPI-07.03.) o trabalho da Oficina da Criança, espaço com uma lógica de funcionamento que ao longo de mais de 20 anos tem sido um pilar de referência nacional, e que tem na base dos trabalhos “oficinas”, lúdicas e de animação, a promoção do desenvolvimento pessoal e social inerentes ao conceito de cidadania.

Destaca-se, também, a Oficina do Canto, sob a orientação de Maria do Amparo, que tendo ultrapassado os 10 anos de existência (em 2007) mantém uma enorme

Actividades na Oficina da Criança

vitalidade e participação.

Destaque, ainda, para o reconhecido trabalho desenvolvido pela Escola de Ballet da CMMN, dirigida por Amélia Mendonça.

Actuação da Oficina do Canto na Inauguração do novo Centro Juvenil

3.3.07.04. *Equipamentos A nossa crescente actividade cultural, desportiva e de lazer tem-se confrontado com uma realidade de instalações que dificilmente davam as respostas necessárias. Em 2008, concluímos um importante conjunto de novos equipamentos – o Arquivo Municipal, o Parque Desportivo Municipal, o Centro Juvenil - resultado de um significativo esforço de investimento que permitiu um salto qualitativo nesta área.*

No Programa de Equipamentos Culturais e de Lazer (RA-EPPI-07.04.01.) o destaque vai para a inauguração do novo Arquivo Municipal, reabilitando a antiga Cadeia. O novo Arquivo Municipal, para além da óbvia função, alberga ainda o importante arquivo histórico, o centro de documentação e arquivo da Reforma Agrária (único no país e memória histórica ímpar dos operários agrícolas montemorenses e da Região), uma sala de exposições permanente e uma zona de eventos. Acresce que a reabilitação daquele edifício completa mais um passo na requalificação iniciada com o Parque Urbano da cidade.

Está em fase de conclusão a remodelação do projecto de requalificação do Cine Teatro Curvo Semedo sendo que foi possível garantir, no âmbito da contratualização do QREN com a AMDE, um financiamento na ordem dos € 500.000 euros. Haverá agora que decidir qual o montante global do investimento a fazer face às disponibilidades orçamentais. Foi concluído o projecto de recuperação estrutural do Convento de S. Francisco. Também neste caso foi possível garantir, no âmbito da contratualização do QREN com a AMDE, um financiamento na ordem dos € 500.000 euros. Haverá agora que decidir qual o montante global do investimento a fazer face às disponibilidades orçamentais.

Inauguração do novo Arquivo Municipal (8/Março – Dia do Município)

No Programa de Equipamentos Desportivos (RA-EPPI-07.04.02) o destaque vai para a inauguração do novo Parque Desportivo Municipal (1ª fase), equipamento de enorme importância para expandir a prática desportiva com particular incidência nos jovens para além da população em geral contribuindo para a elevação da qualidade de vida no Concelho. Os Grupos Desportivos passaram a dispor de uma moderna e atractiva infra-estrutura desportiva que já está a atrair procura mesmo de fora do nosso Concelho.

3.3.07.05. Apoio às Associações O Associativismo, numa vertente formal ou informal, como expressão organizada da sociedade, é uma forma de apelo à responsabilização e intervenção dos cidadãos no desenvolvimento das comunidades onde estão envolvidos. A Câmara, ciente da importância das Associações para a dinâmica e desenvolvimentos locais, não só manteve o esforço que vinha fazendo como reforçou, apesar das condicionantes impostas pela legislação governamental, o nível da sua colaboração e dos seus apoios.

Inauguração do novo Parque Desportivo Municipal

Destaca-se a progressiva implementação do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo que permitiu uma maior clarificação e rigor na atribuição dos apoios municipais nomeadamente com a introdução dos novos critérios mais objectivos de avaliação e ponderação das actividades a apoiar. Desta forma, iniciou-se em 2008 a atribuição dos subsídios segundo aqueles critérios que se aplicaram já, retroactivamente (e conseqüente “acerto de contas”), aos anos de 2007 e 2008. O Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos (RA-EPPI-07.05.01.), o Programa de Apoio às Actividades dos Clubes e Associações Desportivas (RA-07.05.02.) e às Associações Culturais (RA-07.05.03.) concedeu um significativo conjunto de apoios.

A destacar há a comemoração dos 50 anos do Rancho Folclórico “Fazendeiros de Montemor-o-Novo” tendo a Câmara atribuído a medalha de mérito municipal entregue no espectáculo comemorativo integrado na Feira da Luz/2008.

Espectáculo comemorativo dos 50 anos dos “Fazendeiros de Montemor-o-Novo”

3.3.08. Potenciar a Energia da Juventude, Fixar Jovens

O ano de 2008 fica, no que diz respeito à área da juventude, marcado pela inauguração do novo Centro Juvenil. Num edifício e espaço aberto amplos, o novo Centro Juvenil oferece aos jovens áreas de actividades e salas de apoio diversas que vão desde as artes plásticas a um estúdio de música, desde a iniciação ao cinema de animação à sala multimédia, desde o espaço sem tabus (para incentivar a abordagem de problemas sentidos pelos jovens) às áreas de puro lazer. Respeitando integralmente a autonomia e a individualidade dos jovens, está em curso um desafio à criatividade dos jovens, está lançada uma aposta à irreverência e à capacidade dos jovens ...

Inauguração do novo Centro Juvenil

Para além da dinamização e criação de eventos de e para os jovens, procuramos atribuir ferramentas e condições para que os jovens criem e/ou desenvolvam dinâmicas próprias. Entretanto, as opções políticas do Poder Central, agora agravadas pela crise interna e pela crise geral do capitalismo,

estão a afectar gravemente este sector da população e cresceram as dificuldades para os jovens e para a sua fixação no interior do país. Com a inauguração do novo Centro Juvenil e as actividades ali desenvolvidas ou fomentadas, com os programas de voluntariado jovem (arqueologia, ambiente, protecção civil), com o programa de estágios, com o apoio à formação, com a crescente participação dos jovens em actividades associativas e de instituições locais podemos considerar que foram dados passos importantes na área da juventude. Contudo, continuamos a sentir a necessidade de aprofundar o conhecimento e uma melhor intervenção neste sector fundamental para o futuro do Concelho.

3.3.08.01 Juventude O Programa de Infra-estruturas (EPPI-08.01.01) foi integralmente cumprido com a obra, o equipamento, a inauguração e o funcionamento do novo Centro Juvenil.

No Programa Dinamização de Actividades (RA-08.01.02) foi possível, em 2008, lançar o funcionamento do Centro Juvenil que regista já uma actividade assinalável e uma boa adesão e procura dos jovens.

No Programa Dinamização de Actividades (RA-08.01.02) destaca-se o programa de apoio específico à juventude que procura incentivar a sua fixação, nomeadamente incentivos e apoio à habitação para jovens, o programa de voluntariado jovem (abrangendo as áreas da arqueologia, ambiente e protecção civil) e os estágios profissionais e programas de formação profissional.

Sala de jogos do Centro Juvenil

3.3.09. Apostar na Educação

Em 2008, a Educação continuou a viver, em consequência das políticas governamentais, dias de instabilidade, incerteza e transformação que nos preocupam profundamente sobretudo pelos impactos negativos que atingem o nosso Concelho. Exemplos disso foram as enormes movimentações contestatárias e reivindicativas dos professores que tiveram grande adesão no nosso Concelho.

Mas a Educação é, também, uma das áreas que consideramos prioritárias para um desenvolvimento global. Cumprimos e ultrapassámos as competências que detemos nesta área onde atingimos objectivos que o Governo só se propõe alcançar a médio prazo. Continuámos a exigir do Poder Central o indispensável apoio ao investimento que projectámos para melhorar as condições estruturais do parque escolar bem como a definição de políticas que induzam estabilidade no sistema de ensino, rentabilizando e potenciando os recursos existentes.

Na sequência da denúncia e dos esforços desenvolvidos em 2007 para impedir a concretização das intenções governamentais de encerramento das escolas do ensino básico de S. Geraldo (infelizmente encerrada), Silveiras, Cabrela e S. Cristóvão, foi possível abrir o ano escolar 2008/2009 sem ameaças de encerramentos. Ainda assim, é óbvio que o recuo governamental, como consequência da luta das autarquias, das populações, dos professores, da população em geral, não nos dá quaisquer garantias futuras. O Governo legislou para alterar a gestão democrática das escolas que tinha sido conquistada com a Revolução de Abril. Ainda que aquele modelo necessitasse de uma reforma progressista no sentido do seu aperfeiçoamento face às novas realidades, manifestámos a nossa profunda discordância com a contra-reforma governamental em curso (por exemplo, recupera-se a figura do antigo “director de escola” que substitui o órgão executivo eleito). Apesar de discordar, a Câmara está a participar activamente nos órgãos onde tem assento e nos quais marcará as suas posições em defesa da escola pública para todos e de uma gestão democrática das escolas. Esta opção programática explana-se nos equipamentos escolares (09.01), na acção social escolar e transportes escolares (09.02), na dinamização de actividades (09.03) e em outras actividades (09.04).

3.3.09.01. Equipamentos Escolares No Programa de Equipamento do Ensino Pré-Escolar (RA-EPPI-09.01.01.) foi possível avançar com um significativo conjunto de obras de requalificação. No Programa de Equipamento do Ensino Básico (RA-EPPI-09.01.02.) avançaram igualmente várias obras de requalificação de escolas que, pela sua profundidade, obrigaram a alterações de várias turmas deslocalizando-as para outros estabelecimentos de ensino ou outras instalações. Com a colaboração de toda a comunidade escolar, tem sido possível – apesar das obras – assegurar a normalidade de funcionamento do ano lectivo. No âmbito das nossas competências, que incidem essencialmente no ensino pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico, insistimos nos necessários financiamento no âmbito do PORA para assegurar acções de reestruturação e beneficiação dos equipamentos. Regista-se, pela sua importância, o acordo para financiamento parcial por fundos comunitários do QREN, do futuro Centro Escolar de Montemor-o-Novo, a instalar junto à Piscina Coberta e que terá 10 novas salas

para o pré-escolar e para o ensino básico. 3.3.09.02. Acção Social Escolar e Transportes Escolares De forma responder ao agravamento da situação económica e social das famílias, originada pelo aprofundamento da crise que se vive no País, a Câmara reforçou significativamente estes apoios e incluiu-os no Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário” que lançou no final do ano. Assim, o Programa de Acção Social Escolar (RA-09.02.01.) e o Programa de Transportes (RA-09.02.02.) alargaram a concessão de um imenso apoio social. Reforçámos as componentes de apoio à família, no que respeita às competências das autarquias, e nas suas várias facetas com destaque para o apoio à dinamização e funcionamento de ATL’S. 3.3.09.03. Dinamização de Actividades Concretizámos o Programa de Dinamização de Actividades (RA-EPPI-09.03.) nas suas várias vertentes, desportivas (09.03.01.), culturais (09.03.02) e recreativas (09.03.03) que são um complemento essencial à formação.

3.3.10. Apoiar os Mais Carenciados, Elevar as Condições Sociais

A crise geral do capitalismo despoletada em 2008 e que ampliou a crise nacional veio, ao menos, deixar claro que a prossecução das políticas neo-liberais se traduz, a prazo, em consequências dramáticas para a economia global e, particularmente, para os trabalhadores e para a maioria da população. Infelizmente, os responsáveis políticos e económicos pela actual crise parecem não querer aprender com as lições da triste realidade que vivemos e avançam apenas com medidas paliativas procurando preservar o essencial do sistema capitalista e das orientações e políticas neo-liberais. Em Portugal e no nosso Concelho tais políticas seguidas quer pelo Governo quer pela UE registaram um pesado agravamento, estatisticamente documentado, dos problemas sociais, do desemprego e da precariedade, das dificuldades de vida da generalidade dos portugueses e dos Montemorenses. A Câmara vinha já desenvolvendo um vasto conjunto de programas e acções nesta área. Para além de cumprir com as suas limitadas competências, a Câmara tem mesmo ido muito além daquelas, providenciando um apoio essencial e directo à população mais carenciada bem como às instituições que as enquadram com todo o seu trabalho meritório e muitas vezes voluntário. O ano de 2008 fica marcado pelo lançamento do novo Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário” que integra, reformula e expande outros programas e acções de cariz social que o Município já tinha em curso e inova com novas propostas como as parcerias Câmara / proprietários para resposta às necessidades de habitação social ou o cartão social para apoio directo aos agregados familiares mais carenciados. Esta opção programática encontra-se em Acção Social e Saúde (10.01). 3.3.10.01 Acção Social No âmbito da Acção Social (RA-EPPI-10.01.01.) o destaque vai lançamento do novo Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário”, já acima referido, que integra 6 Eixos a saber: Eixo 1: Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), Associações Humanitárias (AHs) e Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos (ARPIs) Eixo 2: Reforço da Acção Social Escolar Eixo 3: Concessão de bolsas de estudo de cariz social Eixo 4: Inovar a habitação social Eixo 5: Melhoria das condições de habitabilidade Eixo 6: Cartão Social “Mor Solidário” O Programa “Mor Solidário”, recusando as políticas assistenciais e/ou caritativas, aposta em apoios que se traduzam de forma permanente e sustentada na melhorias das condições e qualidade de vida dos sectores sociais e cidadãos abrangidos. Este Programa começou a funcionar ainda em 2008. Num quadro de significativo agravamento das condições sociais, concretizámos, face aos meios disponíveis, um conjunto de outros programas e acções: o acompanhamento directo e de situações de isolamento, o apoio em obras de melhoria das condições de habitabilidade, o realojamento social em parceria com outras entidades.

Destaca-se também o apoio às Instituições de solidariedade social, através da atribuição de subsídios e da celebração de protocolos com vista à dinamização das suas actividades bem como da melhoria de instalações e aumento da resposta que dão à população.

No âmbito da lógica comunitária, continuámos a dinamizar a Rede Social, estimulando o desenvolvimento social, potenciando os recursos locais como base de uma intervenção social sustentada, coordenada e sistematizada através do Plano de Desenvolvimento Local.

3.3.10.02. Saúde O Programa para a Saúde (RA-10.01.02), área em que a competência municipal é reduzida e complementar, continuou marcado pelas intenções governamentais, manifestadas em 2006, de encerramento do Serviço de Atendimento Permanente (SAP), do Internamento Clínico e de Postos Médicos em zonas rurais e ainda da inusitada e espantosa proposta inicial da exclusão de Montemor-

o-Novo como localização de um Serviço de Urgência Básico (SUB) a criar. Em 2007, foi possível, pela luta, pelo diálogo e proposta, assegurar a continuidade do SAP, do internamento clínico e de alguns postos médicos (Casa Branca, Cortiço) que o Governo, a ARS e responsáveis locais queriam fechar. Realça-se que a posição firme da Câmara e a mobilização popular foram determinantes para o recuo do Governo e da ARS (que, infelizmente, contaram com o apoio dos responsáveis locais de saúde) e para os posteriores progressos verificados. Recorde-se que, em 2007, foi obtido um importante êxito político: foi proposta a criação de um SUB em Montemor em resposta à exposição que a Câmara apresentou no âmbito da discussão pública do documento sobre os Serviços de Urgência. Nessa sequência, e após complexas e difíceis negociações, foi igualmente possível perspectivar a criação do Parque Integrado de Saúde que vínhamos propondo em conjunto com a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus. Em 2008, registámos sinais contraditórios nesta área. De facto, avançaram os trabalhos de definição do terreno e do respectivo loteamento junto ao Hospital de S. João de Deus bem como a elaboração do projecto do novo Centro de Saúde e do SUB. Igualmente, o Ministério da Saúde fez um investimento de reabilitação e modernização nas actuais instalações do Centro de Saúde incluindo no SAP. Aquele investimento, pelo que nos foi verbalmente transmitido, serviu também para preparar a criação e instalação do SUB, o que se saúda. Entretanto, continuam a registar-se centenas de montemorenses sem médico de família; continuam a registar-se muitas ausências às consultas programadas nos Postos Médicos das freguesias. E mantém-se o encerramento dos Postos Médicos de S. Brissos, Baldios e S. Geraldo. Este último caso, como já se referiu atrás, ultrapassa os limites do bem senso e só uma incompreensível insensibilidade e cegueira política permite que se mantenha. Também marcam passo as negociações entre o Ministério da Saúde e a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus quanto aos restantes aspectos do Parque Integrado de Saúde (contratualização Ministério da Saúde / Hospital de S. João de Deus). Apesar disso, a Ordem Hospitaleira decidiu avançar, sem garantia de financiamento estatal quer para a obra quer para o funcionamento, para a obra de criação da Unidade de Cuidados Continuados. Mantivemos a restante e habitual actividade neste campo.

Instalações da Associação “O Girassol” (S. Geraldo)

3.3.11. Reforçar a Segurança e a Protecção Civil

A responsabilidade pela Protecção Civil (RA-11.01.) continua a recair, em larga medida, sobre as autarquias locais e os Bombeiros. A nova legislação, apresentada pelo Governo, não vai no sentido da partilha de responsabilidades pelas várias entidades mas, antes, tenta alguma desresponsabilização do Poder Central nesta matéria ao mesmo tempo que tende a governamentalizar a direcção central do Protecção Civil. Continuámos a acompanhar atenta e interventivamente este processo, transmitimos propostas e críticas, acompanhámos as posições da ANMP, da Liga dos Bombeiros Portugueses e dos nossos Bombeiros Voluntários sobre esta matéria.

O nosso Programa de Protecção Civil (RA-11.01.01.) exigiu uma política nacional clara que delimitasse responsabilidades e nos disponibilizasse os necessários recursos, assegurou o funcionamento regular do Centro, manteve o apoio aos nossos Bombeiros Voluntários secundando-os na exigência de financiamento para a remodelação do Quartel. Neste particular, regista-se a realização de uma reunião tripartida (Câmara / Governo / Bombeiros) que permitiu resolver alguns problemas burocráticos relativos ao financiamento da obra. Entretanto, a Câmara garantiu o financiamento integral à aquisição do edifício para a expansão do Quartel no montante de € 275.000 euros e deu apoio a todo o projecto e processo de candidatura ao QREN. Aguarda-se a informação relativa à participação ou não pelo Governo na obra!

Bombeiros em acção (exercício de protecção civil em escola)

Assegurámos o funcionamento regular da Comissão Municipal de Protecção Civil e da Comissão Municipal para a Defesa da Floresta (ainda que não concordemos com a multiplicação de organismos de protecção civil). Sem abdicar das fortes críticas que temos sobre a matéria, e com vários atrasos por sucessivas alterações legislativas, está em fase de conclusão o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Continuámos a elaboração de Planos de Emergência Interna para as escolas do 1º ciclo do ensino básico. Assegurámos uma eficaz coordenação municipal da Protecção Civil, aliás, comprovada no simulacro de terramoto na Região da Grande Lisboa (a nossa responsabilidade abrange o território de Almada). A Segurança Pública (RA-11.02.) é

responsabilidade primeira do Poder Central. Em 2007, diminuiu ligeiramente o número de efectivos da GNR no Concelho sendo que já considerávamos aquele dispositivo como insuficiente para garantir os níveis de prevenção e segurança necessários. O nível de criminalidade, registando ligeiras flutuações, manteve-se relativamente estável tendo a Câmara acompanhado o evoluir da situação. A colaboração com o comando do destacamento da GNR manteve-se em bom plano. Continuámos a apoiar, sem que tenhamos qualquer obrigação de o fazer e apesar da atitude governamental para com o Poder Local Democrático, a modernização de instalações da GNR.

Carro de apoio ao Voluntariado Jovem de defesa da floresta contra incêndios

Recorde-se que, em 2007, o Governo anunciou a intenção de reestruturar o dispositivo das forças de segurança incluindo a preocupante vontade de encerrar postos da GNR com menos de 10 efectivos o que corresponderia – com a nossa evidente oposição – ao encerramento de todos os postos (Cabrela, Lavre, S. Cristóvão e Escoural) das zonas rurais. A Câmara pronunciou-se e desenvolveu e apoiou acções contra qualquer encerramento porque implicaria uma enorme quebra no policiamento de proximidade e nos níveis de segurança existentes penalizando, sobretudo e mais uma vez, as áreas rurais. Em sequência, as intenções de encerramento “reduziram-se” aos postos de Escoural e Cabrela. Em 2008, o Governo recuou e foi possível garantir a manutenção dos actuais Postos da GNR. Ainda assim, terá havido uma pequena redução nos efectivos da GNR. Estatisticamente não terá havido alterações significativas nos baixos níveis de criminalidade que o Concelho regista. Contudo, alguns assaltos feitos à luz do dia e, sobretudo, a sua crescente regularidade elevaram os níveis de preocupação das populações e, naturalmente, da Câmara. No âmbito do normal funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, que assegurámos, e das relações institucionais em particular com a GNR, a Câmara acompanhou activamente a evolução da situação de segurança.

3.3.12. Outros Investimentos e/ou Serviços

Nesta rubrica residual denominada Outros Investimentos e/ou Serviços (RA-EPPI-12) haverá que referenciar o trabalho e os investimentos efectuados nos cemitérios municipais (RA-EPPI-12.01.01.) bem como o apoio e investimentos municipais nos cemitérios das freguesias (RA-EPPI-12.01.02.), em particular nos cemitérios de Lavre, Foros de Vale de Figueira, Ciborro e Cabrela (neste caso, apenas conclusão da execução financeira). No Programa “Outros Serviços” (RA-12.98.01) anota-se uma assinalável recuperação do atraso que se verificava em vários processos bem como o imenso e crescente volume de trabalho da área jurídica.

Capítulo 4 - Prestação de Contas / 2008

Esta Prestação de Contas incorpora um conjunto de medidas de aprofundamento de aplicação do POCAL, regista uma maior estruturação interna e um crescente rigor nesta fase de implementação do POCAL com vista a transformá-lo num instrumento cada vez mais determinante para uma boa gestão municipal.

4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara A Câmara Municipal viu a sua saudável situação económica e financeira afectada pelas medidas governamentais de desrespeito pela autonomia e pela Lei das Finanças Locais à data em vigor (Lei nº 42/98). O maior impacto dessas medidas decorreu das penalizações financeiras que, entre redução de receitas e aumento de despesas, implicou a perda de um montante estimado em € 2.800.000 euros (dois milhões e oitocentos mil euros) em 2006 e 2007. Assim, o aumento do passivo municipal – ainda que compensado por um semelhante aumento do activo – em 2006 teve uma origem essencialmente financeira decorrente de alterações administrativas impostas pelo Governo ao quadro legal que enquadrava a actividade do Poder Local Democrático (e que serviu de matriz à elaboração do Programa Eleitoral sufragado pelo voto popular) e não resultou da gestão municipal, como aliás se demonstrou. Recorde-se que, em 2007, tomámos um conjunto de medidas no sentido de travar e se possível inverter aquele impacto exógeno imposto pelas políticas governamentais, o que foi conseguido. Em 2008, faz-se sentir, em particular na quebra de receitas, o aprofundamento da crise que sofremos. Em 2008, apesar da continuidade das penalizações financeiras face ao previsto no início do mandato ser da ordem de € 1.500.000 euros, manteve-se o sentido da consolidação e da recuperação da situação económico-financeira encetada no ano anterior. Em 2008, estabilizámos e começámos a recuperar o volume de investimentos garantindo o

indispensável equilíbrio financeiro. Sendo certo que as penalizações financeiras e as reduções de verbas acumuladas no mandato, pelas imposições governamentais, se aproximam de € 5.000.000 (cinco milhões de euros), não é obviamente possível garantir todos os investimentos e acções previstas no Programa Eleitoral da CDU para o mandato. Contudo, procurámos manter um nível de investimento municipal que minorasse os reflexos negativos no nível da actividade económica do Concelho bem como continuar a corresponder a justas expectativas de elevação da nossa qualidade de vida. Procurámos, à semelhança dos anos anteriores e sempre que possível, substituir empreitadas e outras aquisições ao exterior por trabalho por administração directa e, naturalmente, negociar os calendários de execução financeira mais prolongados. Por tudo isto, a crescente execução física de obra em 2008 não tem tradução igual na execução financeira – aquela que sobressai no EPPI.

4.2. Endividamento Municipal Em 2007, reflectiram-se já as orientações e medidas económicas e financeiras adoptadas em 2006 para recuperar e repor a equilibrada e saudável situação económico-financeira que a Câmara Municipal gozava em 2005 aquando dos cortes de verbas e outras restrições orçamentais impostas pelo Governo. Recorde-se que aquelas imposições reduziram substancialmente as verbas a que legalmente a Câmara tinha direito por aplicação da Lei das Finanças Locais então em vigor, destroçaram o planeamento de tesouraria impondo desequilíbrios conjunturais à tesouraria, obrigaram ao crescimento da dívida corrente e da dívida de médio e longo prazo, isto é, do endividamento global do Município. Contudo, e apesar das inevitáveis consequências para os credores, a Câmara Municipal nunca atingiu, nem de perto, os limites legais de endividamento e sempre manteve, comparativamente, invejáveis níveis técnicos de endividamento e uma controlada e equilibrada situação económico-financeira estrutural.

4.2.1. Endividamento Líquido Municipal

Nos termos do art.º 36.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (nova Lei de Finanças Locais), o endividamento líquido municipal traduz-se na diferença entre os Passivos Financeiros (empréstimos contraídos, locações financeiras e dívidas a fornecedores) e os Activos (caixa, depósitos em instituições financeiras e créditos sobre terceiros). Por força do artigo 37.º da mesma Lei o endividamento líquido não pode ultrapassar 125% das receitas do ano anterior em Impostos Directos e Fundos Municipais transferidos no âmbito do Orçamento de Estado. De acordo com os cálculos efectuados pela Câmara e com a informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2008, de um limite ao endividamento líquido municipal na ordem de € 14.710.499,24 euros (catorze milhões setecentos e dez mil quatrocentos e noventa e nove euros e vinte e quatro cêntimos) contra o limite de € 14.928.538,81 euros verificado em 2007, isto é, menos € 218.039,57 euros ou menos 1,46 pontos percentuais. A 31 de Dezembro de 2008, tendo em consideração os valores evidenciados pelos registos contabilísticos e abatendo o montante de € 3.199.016,38 euros (em 2007, € 3.280.940 euros) correspondente a empréstimos excepcionados ao abrigo do n.º 6 do artigo 39.º da Lei de Finanças Locais, o endividamento líquido municipal ascende a € 7.674.945,91 euros contra € 5.349.862,26 euros, em 2007, diferencial que resulta, sobretudo, da utilização em 2008 do último empréstimo de médio e longo prazo. O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal: Endividamento Líquido em Euros em 2008

Descrição	2008
(1) Limite Legal do Endividamento Líquido	14.710.499,24
(2) Endividamento Líquido Atingido	7.674.945,91
(3)=(1)-(2) Endividamento Líquido Disponível	7.035.553,33

Unidade Euro

Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos do endividamento municipal. Endividamento Líquido em Percentagem em 2008

Descrição	
Nível de endividamento líquido atingido	52,17 %
Nível de endividamento por utilizar	47,83 %
Total	100,00 %

Recorde-se que, no final de 2006, como consequência das medidas governamentais impostas, a Câmara registou um acentuado crescimento da dívida corrente ainda que, em boa parte, resultante de investimento efectuado. Fomos, pois, obrigados a alterar todo o planeamento económico e financeiro e a tomar, nos últimos 2 anos, um conjunto de medidas económicas e financeiras para ultrapassar o pesado impacto negativo das políticas governamentais dirigidas ao Poder Local Democrático. Em 2007, já obtivemos resultados positivos, ultrapassando mesmo o projectado, face aos objectivos traçados. Em 2008, em que se reflecte o empréstimo de longo prazo contraído em 2007 mas utilizado em 2008, consolidou-se a boa situação económico-financeira. Esses resultados estão evidenciados no baixo endividamento líquido atrás demonstrado. Podem ainda verificar-se na evolução da dívida corrente abaixo mostrada. *Evolução da Dívida Corrente no Final do Ano*

2006	2007	2008
7.009.021,61	4.478.879,86	4.155.699,31

Unidade: Euro Como se demonstra, a Câmara Municipal dispõe de um muito baixo endividamento líquido que inclui uma igualmente baixa dívida corrente. Dispomos, pois, de uma elevada margem de uso potencial do endividamento líquido o que nos permite assegurar alguns investimentos necessários à elevação da qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento do Concelho.

4.2.2. Endividamento de Médio e Longo Prazo

Nos termos do n.º 2 art.º 39.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, o capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo (ver Mapa de Empréstimos) não pode exceder, em 31 de Dezembro, a soma das receitas do ano anterior em Impostos Directos e Fundos Municipais transferidos no âmbito do Orçamento de Estado. De acordo com os cálculos efectuados pela Câmara e com informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2008, de um limite ao endividamento de médio e longo prazo na ordem de € 11.768.399,39 euros (onze milhões setecentos e sessenta e oito mil trezentos e noventa e nove euros e trinta e nove cêntimos) contra € 11.942.831,05 euros em 2007, isto é, menos € 174.431,66 euros ou menos 1,46 ponto percentuais.

O n.º 6 do mesmo art.º prevê a possibilidade de serem excepcionados do limite de endividamento, os empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários. Para o ano de 2008, e de acordo com informação prestada pela Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Económico (DPDE) está excepcionado do limite de endividamento, um capital de € 3.199.016,38 euros. A 31 de Dezembro de 2008, tendo em consideração os valores evidenciados pelos registos contabilísticos e abatendo aquele montante, o endividamento líquido de médio e longo prazo ascende a € 483.416,06 euros (contra € 528.268,70 euros, em 2007). O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal: *Endividamento de Médio e Longo Prazo em 2008*

Descrição	Valor
(1) Limite Legal do Endividamento M.L.Prazo	11.768.399,39
(2) Endividamento M.L. Prazo Usado	483.416,06
(3)=(1)-(2) Endividamento M.L.Prazo Disponível	11.284.983,33

Unidade: Euro Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos do endividamento municipal. *Endividamento de Médio e Longo Prazo em Percentagem em 2008*

Descrição	
Nível de endividamento m.l. prazo atingido	4,11 %
Nível de endividamento por utilizar	95,89 %
Total	100,00 %

Mantivemos um baixo endividamento bancário e excelentes taxas de juro (ver Mapa dos Empréstimos), taxas estas que comprovam a credibilidade económico-financeira do Município. Convirá sublinhar que consideramos que a capacidade técnica (dadas as características do nosso Município) de endividamento deve situar-se abaixo da capacidade legal para garantir o fundamental equilíbrio económico e financeiro. Mas, o destaque vai para a elevada margem de uso potencial do

endividamento de médio e longo prazo o que nos permite assegurar alguns investimentos necessários à elevação da qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento do Concelho.

4.2.3. Endividamento de Curto Prazo

De acordo com os cálculos efectuados pela Câmara e com informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2008, de um limite ao endividamento de curto prazo na ordem de € 1.176.839,94 euros (um milhão cento e setenta e seis mil oitocentos e trinta e nove euros e noventa e quatro cêntimos). Não utilizámos este limite. O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal: Endividamento de Curto Prazo em 2008

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<i>(1) Limite Legal do Endividamento Curto Prazo</i>	<i>1.176.839,94</i>
<i>(2) Endividamento Curto Prazo Usado</i>	<i>0,00</i>
<i>(3)=(1)-(2) Endividamento M.L.Prazo Disponível</i>	<i>1.176.839,94</i>

Unidade: Euro Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos deste endividamento municipal. Endividamento de Médio e Longo Prazo em Percentagem em 2008

<i>Descrição</i>	
<i>Nível de endividamento curto prazo atingido</i>	<i>0,00 %</i>
<i>Nível de endividamento por utilizar</i>	<i>100,00 %</i>
<i>Total</i>	<i>100,00 %</i>

4.3. Execução Orçamental da Receita No quadro “Resumo das Receitas e das Despesas” evidencia-se, quanto às receitas, a sua estrutura por grandes grupos de origem e ainda os montantes globais resumidos no Quadro seguinte. Receitas Globais Realizadas

<i>Receitas Realizadas</i>	<i>Valor</i>
<i>Receitas Correntes</i>	<i>11.977.467,32</i>
<i>Receitas de Capital</i>	<i>5.806.766,00</i>
<i>Total de Receitas</i>	<i>17 784.233,32</i>

Unidade: Euro O aprofundar da crise em 2008 teve significativa influência na importante quebra de receitas – menos € 1.168.572,28 euros ou seja menos 6,17 pontos percentuais - verificada relativamente a 2007.

Deverá, contudo, recordar-se que o diferencial (- 31,78 pontos percentuais) entre as Receitas Previstas e as Receitas Realizadas decorre, em boa parte, da necessidade de incluir nas Grandes Opções do Plano, no Orçamento e no PPI, todos os projectos que, embora sem garantia de financiamento, estão candidatados ou se pretendem candidatar ao QREN da UE ou mesmo a programas nacionais. É uma imposição com a qual não concordamos, que poderia ter outras soluções previsionais mais adequadas e que causa um desnecessário empolamento orçamental sem correspondência com a posterior execução orçamental. Mas, naturalmente, não pode ser esta questão formal a impedir a CMMN de procurar obter financiamentos necessários ao desenvolvimento e à qualidade de vida do Concelho! Releva-se, ainda, que não é aqui incluído um significativo volume de receita obtido em parcerias ou participações da Câmara noutras instituições. Exemplifica-se aquela afirmação com os projectos Évora Distrito Digital e Rede Comunitária do Distrito de Évora, ambos sob a coordenação da AMDE. Ao exercício de novas competências, sem que o Governo tenha assegurado a correspondente e legal transferência de verbas, não correspondeu qualquer acréscimo de receitas adicionais e identificadas conforme preceitua quer a Lei de Transferência de Competências quer a Lei das Finanças Locais. Igualmente, continua por cumprir, por parte do Governo, a compensação de isenções ou benefícios fiscais feitos à custa de receitas municipais. O Quadro, apresentado à frente, mostra-nos, com base na estrutura das receitas corrente e de capital, os níveis absolutos e relativos de realização da receita face ao orçamentado. Comparação entre Receitas Previstas e Receitas Realizadas

<i>Receitas</i>	<i>Previstas</i>	<i>Realizadas</i>	<i>Diferença Abs.</i>	<i>Nível Real.</i>
<i>Correntes</i>	<i>12.840.647,00</i>	<i>11.977.467,32</i>	<i>-863.179,68.</i>	<i>93,28 %</i>

01-Impostos Directos	2.309.000,00	2.069.573,81	-239.426,19	89,63 %
02-Impostos Indirectos	61.400,00	60.963,43	-436,57	99,28 %
04-Taxas, Mult.,Out.Pen.	130.650,00	133.790,16	3.140,16	102,40 %
05-Rend.de Propriedade	1.662.000,00	1.130.823,93	-531.176,07	68,04 %
06-Transf.Correntes	6.770.047,00	6.855.503,76	+85.456,76	101,26 %
07-Venda Bens e Serv.	1.656.050,00	1.522.359,79	-133.690,21	91,93 %
08-Out.Rec.Correntes	251.500,00	204.452,44	-47.047,56	81,29 %
Capital	13.229.408,00	5.806.766,00	-7.422.642,00	43,89 %
09-Venda Bens Invest.	1.317.000,00	21.038,36	-1.295.961,64	1,60 %
10-Transf. Capital	10.711.308,00	5.613.896,31	-5.097.411,69	52,41 %
11-Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	
12-Passivos Financeiros	251.000,00	108.348,19	-147.651,81	43,17 %
13-Out.Rec.Capital	950.000,00	60.870,09	-889.129,91	6,41 %
15-Rep.Não Abat.Pag.	100,00	2.613,05	+2.513,05	2.613,05 %
Total	26.070.055,00	17.784.233,32	-8.285.821,68	68,22 %

Unidade: Euro As receitas correntes apresentaram um nível de realização abaixo do orçamentado em 6,72 pontos percentuais. Tal significou um peso de 67,35 % (contra 63,8% em 2007) na receita total. A arrecadação de impostos, a maioria dos quais é cobrado pelo Ministério das Finanças e transferido mediante pagamento para os cofres do Município, ficou em menos € 239.862,76 euros abaixo do previsto e reflecte o aprofundamento da crise em 2008. Este resultado, negativo para os cofres municipais, não traduz uma maior justiça fiscal, sobretudo, face à actual crise. Continuámos a exigir “uma reforma fiscal que despenalize os portugueses de menores recursos e aplique um sistema progressivo”. Em 2008, manteve-se a inaceitável, injusta e chocante situação de, em sede agora de IMI, a posse de habitação própria pagar mais do que a grande propriedade fundiária. As taxas, multas e outras penalidades têm um reduzido peso (0,75%) na estrutura das receitas mas ultrapassaram ligeiramente o previsto (+ 2,4 pontos percentuais).

*Os rendimentos de propriedade ficaram bastante aquém do orçamentado e é uma das rubricas que mais sentiu a retracção económica causada pela crise. As transferências correntes apresentam uma boa realização e atingiram (+1,26 pontos percentuais) os valores orçamentados. A venda de bens e serviços, reflectindo a recessão económica do país, ficou abaixo do valor previsto em Orçamento (-8,07 pontos percentuais). A rubrica “outras receitas correntes” é residual (1,15%) e, claro, ressentiu-se do negativo clima económico do ano. As receitas de capital, pelas principais razões atrás explicadas, ficaram substancialmente abaixo (43,89%) do orçamentado. A venda de bens de investimento quase não obteve receita. De facto, e não obstante as dificuldades de tesouraria, os bens que voltámos a colocar no mercado (por exemplo, imóveis) não lograram obter sequer propostas de aquisição reflectindo a recessão económica e a situação do mercado imobiliário. Optámos, uma vez mais, por adiar algumas vendas para quando se verificar alguma reanimação do mercado ou alguma oportunidade de negócio. A transferência de capital é a rubrica que regista os valores relativos a financiamentos do III QCA, do QREN, de outros fundos da UE e de programas nacionais. Aplica-se aqui o que sobre a matéria já antes referimos mas que, pela sua importância reiteramos: não foi possível, quer pelas razões já previstas quer pelas razões expostas neste documento, atingir o ambicioso volume de receita orçamentado. Recordar-se, acautelando a previsão, que o PPI incluído nas Grandes Opções do Plano assinalava com * as acções que só se concretizariam mediante a obtenção de financiamento comunitário e/ou nacional não garantido previamente. Se aqueles projectos e previsões não constassem explicitamente nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Municipal para 2008, logo aproximando mais o previsto do verificado, ficariam inviabilizadas as candidaturas ao III QCA e ao QREN que exigem, previamente e por diversas formas, tal inclusão. É esta a rubrica que maior peso tem na baixa realização das receitas de capital. Os passivos financeiros, rubrica residual, ficaram aquém da receita prevista essencialmente porque a Câmara entendeu não necessitar de recorrer a empréstimos de curto prazo. As outras receitas de capital ficaram muito aquém do previsto pelas dificuldades de venda de bens de imobilizado já antes*

referidas. Entretanto, é também importante olhar e comparar com a arrecadação de receitas no ano anterior. *Evolução das Receitas Globais Realizadas em 2007 e 2008*

<i>Receitas Realizadas</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>Diferença Abs.</i>	<i>Dif. %</i>
<i>Correntes</i>	12.086.718,90	11.977.467,32	- 109.251,58	- 0,90
<i>Capital</i>	6.866.086,70	5.806.766,00	- 1.059.320,70	- 15,43
<i>Total Receitas</i>	18.952.805,50	17.784.233,32	- 1.168.272,18	- 6,17

Unidade: Euro

Como assinalámos no Relatório de Gestão de 2007: A maior captação de receitas, face a 2006, decorre quer de um maior fluxo de entrada de fundos comunitários com o final do III QCA quer da utilização dos empréstimos antes referidos pelo que não corresponde a um nível de receita regular. Daí que a comparação da arrecadação de receitas entre 2008 e 2007 deva também ter em conta aquela a situação atrás descrita. Reafirmamos que a nova Lei das Finanças Locais se confirma como um enorme recuo na autonomia do Poder Local (por exemplo, via consignação de receitas ou tutela governamental), significa uma recentralização dos recursos no Poder Central, significa a imposição da fiscalidade e taxação municipais para o aumento das receitas municipais, significa mesmo a pressão para o aumento da carga fiscal indirecta, a mais injusta socialmente. Com a aplicação daquela Lei (e até 2009 tem um mecanismo de “almofada” que ameniza a perda de verbas!), Portugal vai afastar-se da média da UE no que respeita à descentralização e, mais grave, vai reduzir-se significativamente o investimento público municipal. Por isso, denunciámos e combatemos aquela Lei cujas consequências já se fizeram sentir negativamente nas finanças do Poder Local e, sobretudo, no arrefecimento dos investimentos para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida das populações.

4.4. Execução Orçamental da Despesa No quadro “Resumo das Receitas e das Despesas” evidencia-se, quanto às despesas, quer a sua estrutura por grandes grupos de origem quer os montantes globais sintetizadas no Quadro abaixo. Despesas Globais Realizadas

<i>Despesas Realizadas</i>	<i>Valor</i>
<i>Despesas Correntes</i>	12.598.950,77
<i>Despesas de Capital</i>	5.307.631,69
<i>Total de Despesas</i>	17.906.582,46

Unidade: Euro Alerta-se, contudo, para o facto de não ter “sentido falar sequer na distinção entre despesas correntes e despesas de capital porque, por lei, somos obrigados a incluir reais despesas de investimento (por exemplo, de pessoal) em correntes. Por estas e outras razões, já antes invocadas noutros documentos, o Mapa Resumo das Despesas/Classificação Económico-Orgânica (.../...) não pode ter uma leitura directa que induz erros objectivos. Este é um dos problemas que se mantém com o POCAL”. A progressiva implementação do POCAL, que estamos a fazer, irá permitir, nos próximos anos e com a utilização de outros documentos, atenuar progressivamente este problema.

Comparação entre Despesas Previstas e Despesas Realizadas

<i>Despesas</i>	<i>Previstas</i>	<i>Realizadas</i>	<i>Diferença Abs.</i>	<i>Nível Real.</i>
<i>Correntes</i>	12.655.855,00	12.598.950,77	- 56.904,23	99,55 %
<i>01-Pessoal</i>	6.501.000,00	6.733.949,76	+ 232.949,76	103,58 %
<i>02-Aquis.Bens e Serv.</i>	4.246.400,00	4.313.110,52	+ 66.710,52	101,57 %
<i>03-Encarg.Corr.Dívida</i>	200.855,00	218.359,37	+ 17.504,37	108,71 %
<i>04-Transf.Correntes</i>	1.283.400,00	995.567,87	- 287.832,13	77,57 %
<i>06-Out.Desp.Correntes</i>	424.200,00	337.963,25	- 86.236,75	79,67 %
<i>Capital</i>	13.414.200,00	5.307.631,69	- 8.106.568,31	39,57 %
<i>07-Aquis.Bens Capital</i>	12.355.100,00	4.697.986,83	- 7.657.113,17	38,02 %
<i>08-Transf. Capital</i>	452.000,00	371.915,93	- 80.084,07	82,28 %
<i>09-Activos Financeiros</i>	30.000,00	0,00	- 30.000,00	
<i>10-Passivos Financeiros</i>	490.000,00	235.124,43	- 254.875,57	47,98 %
<i>11-Out.Desp.Capital</i>	87.100,00	2.604,50	- 84.495,50	2,99 %
<i>Total</i>	26.070.055,00	17.906.582,46	- 8.163.472,54	68,69 %

Unidade: Euro O nível de realização das despesas correntes situou-se ligeiramente abaixo do projectado. As despesas de pessoal ficaram ligeiramente acima do projectado (3,58 pontos percentuais). Há a realçar que, por imposição legal de 2007, se manteve o aumento do desconto para a CGA em mais 2 pontos percentuais além dos 3 pontos percentuais de 2006 e que continuam em crescendo as despesas com a ADSE. No caso da ADSE, após prolongado conflito (decorrente de entendermos que a ADSE não cumpre as exigências legais de demonstração dos valores que debita à Câmara) e da ameaça de retenção de 10% das verbas das transferências do OE, foi possível chegar a um acordo de pagamento que já está reflectido em 2008. A aquisição de bens e serviços cumpriu o orçamentado (+ 1,57 pontos percentuais) o que permitiu consolidar a estabilização desta rubrica, trabalho iniciado em 2007. Os encargos correntes da dívida traduzem, por um lado, os custos da dívida de longo prazo e, por outro lado, o esforço da Câmara para reduzir os prazos de pagamento sobretudo a empreiteiros através de acordos de pagamento com obtenção de taxas de juro 2/3 abaixo do limite permitido pela lei. Desta forma, contribuímos para melhorar a tesouraria das empresas em tempo de crise. As transferências correntes reflectem, sobretudo, o nível de apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais directos. Foi feito um esforço de contenção face ao decréscimo das receitas, sobretudo, através do lançamento de acordos / protocolos para pagamentos de investimentos a médio prazo. Assim, é possível garantir o esforço da Câmara no apoio sustentado à dinâmica associativa e social local. As outras despesas correntes registam um decréscimo com algum significado relativo pela necessidade de contenção pela quebra de receita. As despesas de capital reflectem o que atrás se disse quanto às receitas de capital pelo que o diferencial tem igual justificação. Sendo a aquisição de bens de capital a principal rubrica das despesas de capital, o diferencial financeiro tem igual justificação. Sublinha-se, contudo que, por um lado, a execução física é bastante superior à execução financeira e, por outro lado, se estabilizou a dívida após a sua diminuição em 2007.

As transferências de capital situaram-se abaixo do previsto sobretudo devido ao esforço de contenção pela quebra de receitas. Os passivos financeiros ficaram significativamente abaixo do previsto (- 52,02 pontos percentuais) após o esforço de estabilização financeira feita pela Câmara em 2006 e 2007. Note-se que face a 2007, o valor previsto já era substancialmente menor. As outras despesas de capital, rubrica residual, continuam a reflectir em boa parte a substituição de despesa ao exterior por administração interna, uma das formas que encontrámos para minorar as medidas governamentais de penalização financeira. Finalmente, um destaque para uma opção política fundamental e enorme aposta que constitui a descentralização para as freguesias. Continuámos a reforçar a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização e os Protocolos de Cooperação.

4.4. Operações de Tesouraria Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria, atingindo montantes absolutos e saldos médios elevados, foram geridos de modo a obter, dentro das condicionantes legais, benefícios financeiros.

4.5. Balanço Como atrás já se referiu, o Balanço é um documento ainda com muito pouca fiabilidade dada a fase de implementação do POCAL e os problemas de inventário de bens, de avaliação, de (não) registo contabilístico do histórico dos Municípios. Mas ainda que já tivesse algum rigor, levantar-se-ia um outro problema: qual o sentido (ou o objectivo?) de introduzir as noções de lucros ou prejuízos em instituições estatais como os Municípios? Esta questão deve levar-nos a uma discussão que não cabe fazer neste documento, isto é, qual o conceito, se é que deve haver algum, de lucro municipal ou de prejuízo municipal e como se encaixam (ou não) aqui as funções do Estado, nomeadamente as de ordem social. Desta forma, faremos apenas breves notas sobre os seus principais agregados. Começamos pelas rubricas do Activo. No Imobilizado, os Bens do Domínio Público são quase incontabilizáveis dado o histórico acumulado (ruas, largos, praças, passeios, etc.) e, aliás, nem sequer têm registo legal. Quanto muito passaram a registar-se os bens que, já com o POCAL, foram adquiridos ou vieram ao Município por cedência e em relação aos quais foi atribuído um valor, porventura nalguns casos um valor de aquisição. Estamos e estaremos, pois, por longo tempo muito afastados da realidade do que são estes bens e de qual o seu valor (se valorizáveis!). No Imobilizado, Imobilizações Incorpóreas, poderemos admitir que o valor apresentado se aproxima da realidade se

aceitarmos que o seu período de amortização é, habitualmente, de 3 anos. Neste caso, o desfasamento face à realidade seria temporalmente curto e a margem de erro menor.

No Imobilizado, Imobilizações Corpóreas temos um problema com algumas semelhanças com os “Bens do Domínio Público” relativamente às dificuldades de registo e valorização do histórico. Por exemplo, que valor se atribuirá à rede de águas do Centro Histórico? Mais uma vez, o valor real global será substancialmente superior ao que até agora foi possível registar. As Existências já se aproximam da realidade mas ainda terão valores abaixo do real. As Dívidas de Terceiros (Curto Prazo), ainda que tenham alguns valores com dúvidas (por exemplo, as cauções, mais uma vez devido ao histórico), estarão muito aproximadas do real. Os Depósitos em Instituições Financeiras e a Caixa são controlados diariamente e correspondem aos valores efectivos existentes à data. Passemos agora ao Passivo. Os Empréstimos de Longo Prazo e os Fornecedores de Locação Financeira apresentam os valores reais. Aliás, a primeira rubrica é demonstrada através de um Anexo, o Mapa de Empréstimos. As Dívidas a Terceiros (Curto Prazo) apresentam um valor superior ao real dado que inclui uma verba a regularizar que vem de anos anteriores a 2006. O valor real está apresentado no capítulo relativo ao endividamento. Entendemos, contudo, manter este valor no Balanço para evidenciar a verba que terá que ser regularizada, trabalho demorado que não foi possível concluir em 2008. Os Acréscimos e Diferimentos resultam essencialmente da necessidade de acertos em valores históricos que não devem ser imputados ao Exercício em causa. Abordemos, finalmente, o terceiro grande agregado, os Fundos Próprios. Os valores fundamentais deste agregado são os Resultados Líquidos do Exercício e os Resultados Transitados (de anos anteriores). Não lhes atribuímos significado (apesar de serem largamente positivos) pelas razões atrás invocadas.

4.5. Demonstração de Resultados A Demonstração de Resultados é um documento de maior fiabilidade do que o Balanço mas comporta o problema crucial do conceito de lucro municipal ou de prejuízo municipal que atrás abordámos. Também neste caso deve ser feita uma discussão que não cabe neste documento, isto é, qual o conceito, se é que deve haver algum, de lucro municipal ou de prejuízo municipal e como se encaixam (ou não) aqui as funções do Estado, nomeadamente as de ordem social. Desta forma, faremos apenas breves notas sobre os seus principais agregados. Começemos pelas rubricas de Custos e Perdas. A rubrica Custos das Mercadorias e Produtos Vendidos e Consumidos (traduzida pela sigla CMVMC) ainda pode ter alguma fragilidade no seu apuramento dada a fase de implementação do POCAL em que nos encontramos e tem vindo a merecer alguma discussão técnica sobre o que deve ser aqui contabilizado. É, contudo, um valor pequeno na estrutura de Custos e Perdas. A rubrica de Fornecimentos e Serviços de Terceiros está já próxima do rigor que se pretende.

A rubrica Despesas com o Pessoal é já rigorosa e dá-se aqui como transcrito o que foi dito sobre Despesas com o Pessoal no âmbito da Execução Orçamental da Despesa. As Transferências e Subsídios Concedidos (que não consideramos nem custos nem perdas) traduzem o apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais directos. O crescimento verificado sublinha, sobretudo, o esforço da Câmara no apoio sustentado à dinâmica associativa e social local. Os Outros Custos e Perdas Operacionais têm um valor residual. Os Custos e Perdas Extraordinárias incluem, sobretudo, regularizações que, no âmbito da implementação do POCAL, se impõem. Abordemos, agora, as rubricas de Proveitos e Ganhos. As Vendas e Prestações de Serviços incluem, sobretudo, os proveitos relativos ao abastecimento de água e ao tratamento dos RSUs que, como foi dito, não cobrem os custos respectivos por opção de política social da Câmara. Os Impostos e Taxas são uma importante receita do Município. Os Proveitos Suplementares não têm significado na estrutura de proveitos e ganhos. As Transferências e Subsídios Obtidos reflectem sobretudo as transferências legais determinadas pela actual Lei das Finanças Locais, isto é, o quadro legal que traduz (a nosso ver de forma insuficiente como temos largamente referido!) o direito à participação dos Municípios nos recursos do Estado e ainda os financiamentos obtidos de fundos comunitários e nacionais. Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais recebem os valores que não são incluídos nas rubricas atrás descritas. Os Proveitos e Ganhos Financeiros reflectem a maior atenção que temos vindo a dar à rentabilização de verbas diversas de que dispomos ao longo do Exercício. Os Proveitos e Ganhos Extraordinários incluem, sobretudo, regularizações que, no âmbito da implementação do POCAL, se impõem. Feita esta breve abordagem aos Custos e Perdas e aos

Proveitos e Ganhos, resta os Resultados do Exercício. O Resultado Líquido do Exercício regista um “lucro” até de alguma dimensão mas reiteramos o que já afirmámos sobre esta matéria pelo que não lhe atribuímos significativa importância política. Diremos, apenas, que neste contexto é obviamente preferível que o Resultado Líquido do Exercício seja positivo do que negativo.

Capítulo – 5 - Conclusão

Esta Prestação de Contas e este Relatório de Gestão sintetizam a intensa dinâmica e actividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2008. Toda aquela actividade da Câmara Municipal foi profundamente condicionada pelo forte impacto negativo das políticas governamentais e ainda pelo aprofundamento da crise e da recessão económica que afectam o País e o nosso Município e Concelho. A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2008 relevam que, apesar das restrições impostas, se procurou salvaguardar a concretização de projectos estruturantes para a qualidade de vida e o desenvolvimento do Concelho. O ano de 2008 fica marcado pela inauguração de um importante conjunto de novas infra-estruturas (Arquivo Municipal, Centro Juvenil, Parque Desportivo Municipal) entre outras, pela instalação de importantes empresas no Concelho bem como pelo lançamento do Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário”. A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2008 confirmam a aposta numa estratégia de desenvolvimento local integrada, sustentada e, ainda que dirigida a toda a população do nosso Concelho, assumidamente solidária com as cidadãs e os cidadãos de menores recursos e socialmente mais fragilizados. A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2008 demonstram que, apesar das dificuldades económicas e sociais que se agravaram no País e no Concelho, a Câmara Municipal defendeu os interesses colectivos das populações do Concelho, procurou minorar a degradação das condições de vida material originada nas políticas neo-liberais, pugnou pela promoção e o prestígio do Município e do Concelho, deu um contributo determinante para o desenvolvimento e para uma melhor qualidade de vida no nosso Concelho. Paços do Concelho de Montemor-o-Novo, Abril de 2009 O Presidente da Câmara Municipal, (Dr. Carlos Pinto de Sá)

S I G L A S

ADRAL Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
AMAMB Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente
AMDE Associação de Municípios do Distrito de Évora
ANMP Associação Nacional de Municípios Portugueses
ARS Administração Regional de Saúde
ARTA Associação das Regiões de Turismo do Alentejo
CDS/PP Centro Democrático Social / Partido Popular
CDU Coligação Democrática Unitária
CGA Caixa Geral de Aposentações
EM Estrada Municipal
EPPI Execução do Plano Plurianual de Investimento
EUROSTAT ... Organismo Europeu de Estatística (UE)
FAME Fundo de Apoio às Micro Empresas
IMI Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
IPSS Instituição Particular de Solidariedade Social
IVA Imposto Sobre o Valor Acrescentado
PAC Política Agrícola Comum (UE)
PCP Partido Comunista Português
PDM Plano Director Municipal
PEV Partido Ecologista “Os Verdes”
PIDDAC Plano de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central
POCAL Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PORA Programa Operacional Regional do Alentejo
PS Partido Socialista

PSD Partido Social Democrata
QCA Quadro Comunitário de Apoio
QREN Quadro de Referência Estratégico Nacional
RA Relatório de Actividades
RTE Região de Turismo de Évora
RSUs Resíduos Sólidos Urbanos
UE União Europeia

O senhor Presidente salientou que no ano de 2008 aprofundou-se a crise económico/social que se traduziu na actividade do concelho, e também na actividade municipal, com a redução na sua actividade na ordem dos 6%.

Durante o ano 2008 salientou a inauguração do Arquivo que também reabilitou o edifício, a inauguração do Centro Juvenil, do Parque Desportivo e do Saneamento Básico no Cortiço.

Referiu o lançamento do Programa Mor-Solidário, com acções imediatas (deu como exemplo a Associação O Girassol).

Salientou ainda a obra de ampliação do Quartel dos Bombeiros Voluntários e a aquisição das ambulâncias para Lavre e Cabrela.

Registou a instalação de uma série de empresas no concelho, nomeadamente a AIS, Pingo Doce, Construções Pragosa, nova melaria no Escoural que foi possível através de negociação, assegurar uma subvenção contratualizada entre o QREN e AMDE.

No âmbito do conflito com o Sistema Intermunicipal de Águas e Saneamento, houve disponibilidade por parte do Governo para negociar uma solução intermédia para avançar com o processo.

Foram ainda dados avanços noutras áreas de reivindicações da Câmara Municipal, a possibilidade da Associação de Bombeiros concorreram ao QREN, houve ainda um acordo sobre o Parque Integrado de Saúde, em relação ao Encerramento da Gruta do Escoural, a situação ainda não está resolvida, apesar da disponibilidade apresentada por parte da autarquia, está ainda garantido o financiamento para o Centro e Escolar de S. Mateus.

Concluiu a sua intervenção considerando que o endividamento da Câmara é muito baixo, como tal a sua saúde económica é bastante positiva.

Esclareceu que os documentos apenas traduzem os fluxos financeiros, devido às características do POCAL.

Interveio agora o senhor Vereador Rogério Pinto para transmitir que não teve disponibilidade para analisar o documento. Referiu que o documento em causa apenas foi enviado via Internet, salientando que para uma análise mais aprofundada e correcta o documento deveria ser enviado com mais antecedência.

A concluir disse que o documento se traduziu num ataque e uma afronta ao Governo.

Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por maioria com dois votos contra dos senhores Vereadores do PS e uma abstenção do senhor Vereador da Coligação “Juntos por Montemor” a Prestação de Contas referente ao ano de 2008, com as seguintes alterações:

Na página 2 – retirar a frase “funcionou o Conselho Cinegético”

Na página 6 – Substituir “Negociação para implementação das Comunidades Intermunicipais”, por “Negociação para a implementação da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central”

Na página 11 – Retirar a frase “Acompanhamento do Plano de Ordenamento dos Minutos

Na página 15 – Retirar a frase “Funcionamento da Comissão Higiene, Saúde e Segurança”

O senhor Vereador João Pereira Reis apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Absteve-me relativamente aos documentos apresentados neste Ponto 8 da Ordem de Trabalhos por entender que não faria sentido votar nem favoravelmente nem contra as propostas apresentadas uma vez que as mesmas se limitam a relatar a actividade que foi desenvolvida pela Câmara Municipal durante o ano 2008 bem como as receitas e despesas daí provenientes, matérias essas em relação às quais a coligação que represento não teve qualquer responsabilidade.

9. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

No presente ponto da Ordem de Trabalhos não compareceram quaisquer munícipes.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Técnico, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICO